

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT</b>	
<b>CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2026</b>	
Nos termos da <u>Lei Federal nº. 14.133/2021</u> , e demais legislação aplicável, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.	
<b>OBJETO</b>	<b>CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, VINCULADA AO PROGRAMA FNHIS SUB 50, DO MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SOB O TERMO DE COMPROMISSO Nº 987203/2025/MCIDADES/CAIXA.</b>
<b>SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:</b>	
<b>Data:</b> <b>09/06/2026</b>	<b>Horário: 10h00min (horário de Brasília)</b>
<b>Local:</b>	<b>Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães – MT – Sala de Licitações</b>
<b>Endereço para retirada do edital:</b>	O edital completo poderá ser retirado no endereço eletrônico <a href="https://www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br/">https://www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br/</a> (link: “Concorrência Eletrônica”) e <a href="https://www.licitanet.com.br/">https://www.licitanet.com.br/</a> , ou ainda na Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães - MT, no Setor de Licitações, Rua Tiradentes, n.166, Centro. Chapada dos Guimarães/MT, de segunda a sexta- feira no horário de atendimento das 08h00min às 11h00min e das 13h00min as 17h00min Telefones: (65) 3301-1570.
<b>Agente de Contratação</b>	<b>MARIANA CAROLLINE SOARES CARDOSO</b> <b>PORTARIA MUNICIPAL Nº. 001/2025</b>

<b>SUMÁRIO</b>	
<b>ITEM</b>	<b>MATÉRIA</b>
01	DO OBJETO E DO FORNECIMENTO
02	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO VALOR
03	DO SIGILO E DA PROTEÇÃO DE DADOS – LEI FEDERAL Nº 13.709/2018
04	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
05	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
06	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
07	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
08	DA FASE DE JULGAMENTO
09	DA FASE DE HABILITAÇÃO
10	DO CONTRATO
11	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA ADICIONAL
12	DOS RECURSOS
13	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
14	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
15	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
16	INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS

## PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Tiradentes, n.166, Centro, Chapada dos Guimaraes/MT – CEP: 78.195-000, inscrito no CNPJ Nº. 03.507.530/0001-19, por intermédio da Sr(a). **MARIANA CAROLLINE SOARES CARDOSO**, **Agente de Contratação**, designado e instituído pela PORTARIA MUNICIPAL Nº. 001/2025, torna público, a todos os interessados do ramo, que fará realizar licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, com regime de **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**, com modo de disputa: **ABERTO**, da forma **ELETRÔNICA**, de acordo com o descrito neste Edital e seus Anexos o qual será processado e julgado de conformidade com os preceitos da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas posteriores alterações.

A sessão inaugural desta “**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**” dar-se-á por meio do sistema eletrônico no endereço, na data e horário, conforme abaixo.

<b>Início do recebimento das propostas eletrônicas</b>	A partir das 08h00min do dia 10/04/2026 até as 08h00min do dia 10/06/2026 (horário de Brasília).
<b>Início da sessão pública</b>	Dia 10/06/2026, as 10h00min (horário de Brasília – DF).
<b>Início da disputa</b>	Dia 10/06/2026, as 10h00min (horário de Brasília – DF).
<b>Endereço:</b> Rua Tiradentes, n. 166, Centro. CEP: 78.885-000 – Chapada dos Guimarães – MT. <b>Sites:</b> <a href="https://www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br/">https://www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br/</a> (link: “Concorrência Eletrônica”) e <a href="https://www.licitanet.com.br/">https://www.licitanet.com.br/</a> (Bolsa de Licitações e Leilões); <b>Contatos:</b> Tel.: (65) 3301-1570; <b>E-Mail:</b> <a href="mailto:licitacao@chapadadosguimaraes.mt.gov.br">licitacao@chapadadosguimaraes.mt.gov.br</a> <b>Horário de Funcionamento:</b> de Segunda a Sexta-feira, das 08h00min às 17h00min (horário de Mato Grosso). <b>OBS: Salvo ressalva expressa, os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário de Brasília (DF).</b>	

### 1.0 – DO OBJETO E DO FORNECIMENTO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS NO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, VINCULADA AO PROGRAMA FNHIS SUB 50, DO MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SOB O**



## **TERMO DE COMPROMISSO Nº 987203/2025/MCIDADES/CAIXA**

**1.2.** A presente contratação compreende a elaboração e desenvolvimento de projetos Básico e Executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final das unidades habitacionais às famílias beneficiárias, incluindo a infraestrutura essencial necessária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.3.** O presente edital oferece às empresas os elementos necessários à apresentação de propostas para a execução das obras, objeto da licitação, cujas especificações constam no **ANEXO III – Anteprojeto**;

**1.4.** O Regime de Execução da presente obra será por meio de **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**, que nos termos do art. 6º, inciso XXXII da Lei Federal nº. 14.133/2021 é o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer os bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

**1.5.** O valor estimado da contratação é de **R\$ 2.785.319,52 (dois milhões, setecentos e oitenta cinco mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta dois centavos)**.

**1.5.1.** O prazo de execução é de **18 (dezoito) meses**, sendo:

**1.5.2. 60 (sessenta) dias** para execução dos projetos;

**1.5.3. 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) dias** para execução das obras;

### **2.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO VALOR**

As despesas relativas a este processo licitatório durante sua execução correrão por conta de recursos previstos em Orçamento Municipal de Chapada dos Guimarães/MT.

**2.2** O valor máximo estimado para a contratação das obras é de **R\$ 2.785.319,52 (dois milhões, setecentos e oitenta cinco mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta dois centavos)**.

**2.1.** Os recursos financeiros necessários para o pagamento da referida contratação, de acordo com o projeto aprovado, serão oriundos do **TERMO DE COMPROMISSO Nº 974345/2024/MCIDADES/CAIXA - QUE**

**CELEBRAM MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT**, no valor de repasse de R\$ 2.730.000,00 (dois milhões, setecentos e trinta reais) e contrapartida financeira no valor de R\$ 55.319,52 (cinquenta e cinco mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta dois centavos).

**2.2.** Os recursos financeiros necessários para o pagamento da referida contratação, correrão por conta das seguintes dotação orçamentária:

**Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento:**

### **3.0 – DO SIGILO E DA PROTEÇÃO DE DADOS – LEI FEDERAL N°.**

**3.1.** As partes CONTRATANTE/CONTRATADA, além de guardarem sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, se comprometem a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados, sendo certo que se adaptará, inclusive, à Lei Federal n°. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**3.2.** A CONTRATANTE e CONTRATADA se obrigam ao dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados ao sigilo profissional.

**3.3.** As partes de obrigam a realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com as disposições legais vigentes, bem como nos moldes da Lei Federal n°. 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis, utilizando-os de tais dados tão somente para os fins necessários à consecução do objeto deste Contrato, ou nos limites do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares.

**3.4.** A CONTRATANTE e a CONTRATADA se responsabilizam, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do presente contrato, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações

para fins diversos daqueles relativos ao objeto do contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atendem contra a moral e os bons costumes.

**3.5.** A administração não será, em qualquer hipótese, responsabilizada pelo uso indevido por parte da CONTRATADA e/ou terceiros, com relação a dados armazenados em seus softwares e bancos de dados.

**3.6.** A CONTRATANTE não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços a administração, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.

**3.7.** O dever de sigilo e de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o término de vigência do presente contrato.

**3.8.** O encarregado do tratamento de dados da prefeitura poderá esclarecer eventuais dúvidas solicitadas pelo e-mail: [licitacao@chapadadosguimaraes.mt.gov.br](mailto:licitacao@chapadadosguimaraes.mt.gov.br).

**3.9.** Eventuais violações externas que atinjam o sistema de proteção da prefeitura municipal serão comunicadas aos titulares, bem como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

**3.10.** Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

**3.10.1.** Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

**3.10.2.** Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

**3.10.3.** Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei;

**3.10.4.** Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

#### **4.0 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar do certame desta Concorrência, em sua forma eletrônica (Art. 17, § 2º, da Lei Federal nº. 14.133/2021), todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da presente contratação, que preencham as condições de credenciamento constante



deste Edital e seus anexos, devidamente cadastros no Portal da Licitanet-  
<https://www.licitanet.com.br/> (Bolsa de Licitações e Leilões).

**4.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº. 123, de 2006.

**4.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**4.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.6.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.6.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.6.4.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.6.5.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.6.6.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.6.7.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**4.6.8.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**4.6.9.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do

contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.7.** O impedimento de que trata o item 4.6.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.10.** O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa



física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**4.12.** A vedação de que trata o item 4.6.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**4.13.** A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

**4.14.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.15.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item 4.1 e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.16.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.17.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006.

**4.18. DA PARTICIPAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO:**

**4.18.1.** Será permitida a participação de empresa, isoladamente ou consórcio, nos termos do Artigo 15 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**4.18.2.** A empresa consorciada não poderá participar desta licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

**4.18.3.** As empresas que participarem do certame em consórcio deverão apresentar Instrumento de Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, subscrito por todas as empresas consorciadas, de acordo com a legislação vigente, contendo, no mínimo:

- a).** Denominação do Consórcio e seu objeto, compatível com o objeto desta licitação;
- b).** Razão social das empresas integrantes do Consórcio, com indicação da empresa líder, que deverá, obrigatoriamente, ser empresa nacional;
- c).** Endereço do Consórcio e prazo de sua duração, que deverá abranger a vigência da execução do contrato e de sua eventual prorrogação;
- d).** Percentual de participação de cada consorciada nos direitos e obrigações do contrato a ser firmado;
- e).** Cláusula da qual conste declaração de responsabilidade solidária das empresas integrantes do Consórcio por todos os danos e prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, seja na fase licitatória ou na de execução do contrato;
- f).** Cláusula da qual conste o compromisso das empresas de que o Consórcio não terá sua constituição ou composição alterada sem prévia e expressa anuência da Contratante, durante a execução do contrato.

## **5.0 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE**

**4.18.4.** As empresas integrantes do consórcio, caso este venha a se sagrar vencedor do certame, deverão apresentar, antes da assinatura do contrato, o instrumento de constituição do Consórcio aprovado pelo órgão competente de cada Sociedade que o compõe.

**5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**5.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**5.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**5.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#).

**5.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#).

**5.5.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**5.5.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.6.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123, de 2006, a pessoa jurídica:

**5.6.1.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**5.6.2.** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**5.6.3.** De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006,



desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.6.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº. 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.6.5.** Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.6.6.** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**5.6.7.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**5.6.8.** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**5.6.9.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos- calendário anteriores;

**5.6.10.** Constituída sob a forma de sociedade por ações.

**5.6.11.** Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**5.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**5.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de

propostas, após a fase de envio de lances.

**5.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.11.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.11.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.12.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

**5.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6.0 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** O cadastramento de proposta(s) somente será possível após o cadastramento na Plataforma do Licitanet - <https://www.licitanet.com.br/> (Bolsa de Licitações e Leilões), na forma estabelecida no item 4 deste Edital, até a data e hora marcada para abertura da sessão, dos seguintes campos.

**6.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

**6.1.2.** Marca/ fabricante;

**6.1.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.2.1.** O Licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo superior ao máximo previsto para contratação.

**6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**6.5.1.** No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

**6.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anteprojeto/anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e



qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**6.11.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos neste edital;

**6.12.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

**6.13.** O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário e total, em moeda corrente nacional com apenas 02 (duas) casas após a vírgula;

**6.13.1.** Também deverão ser enviadas/anexadas no sistema as planilhas abaixo relacionadas, assinadas pelo responsável técnico indicado pelo licitante, nos moldes e observada a ordem estabelecida pela Administração:

- a). Planilha de preços detalhada (com todas as composições de custo);
- b). Composições de preços de todos os itens da planilha;
- c). Composição detalhada BDI;
- d). Cronograma físico-financeiro.

**6.13.2.** A Planilha Orçamentária e o Cronograma físico-financeiro com valores unitários, totais, seguindo o modelo da planilha estimativa do órgão, **deverão** estar devidamente assinada e carimbada pelo representante legal ou preposto da empresa e pelo engenheiro responsável.

**OBS: Incluir como anexo à composição do BDI**, observando que a alíquota de ISS praticada no âmbito **municipal é de 5%.**

**OBS.:** em casos em que a alíquota será diferente, de acordo com o enquadramento da empresa, apresentar o cálculo.

## **7.0 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

**7.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote;

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

**7.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**7.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

**7.11.** No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando

houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

**7.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.15.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua



proposta.

**7.18.** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei Federal nº. 14133/2021.

**7.18.1.** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Agente de Contratação/Comissão.

**7.18.2.** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

**7.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123, de 2006](#).

**7.19.1.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência.

**7.19.2.** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

**7.19.3.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.19.4.** A empresa mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.19.5.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor

classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.19.6.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.19.7.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**7.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**7.20.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

**7.20.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.20.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**7.20.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.20.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.20.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.20.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.20.2.2.** Empresas brasileiras;

**7.20.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.20.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos



da [Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**7.21.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**7.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.22.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.22.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.22.3.** O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, apresentada nos termos do item 6.13.

**7.22.4.** É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**7.23.** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8.0 – DA FASE DE JULGAMENTO:**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União



([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)) e pela Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso (<http://www.controladoria.mt.gov.br/ceis>);

**8.1.2.** Cadastro Nacional de Contratações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**8.1.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**8.1.4.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT;

**8.1.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do **artigo 12 da Lei Federal nº. 8.429/1992**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**8.2.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.2.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.2.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**8.3.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.

**8.3.1.** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

**8.4.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº. 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**8.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**8.5.1.** Contiver vícios insanáveis;

**8.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Anteprojeto/anexos;

**8.5.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

**8.5.4.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**8.5.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.6.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**8.6.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

**8.6.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**8.6.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.7.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

**8.7.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

**8.7.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado.

**8.7.3.** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração (art. 59, § 4º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021).

**8.7.4.** Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobre preço, serão considerados

o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado

o critério de aceitabilidade de preços unitário e global, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021).

**8.7.5.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**8.7.6.** A inexequibilidade da proposta será considerada quando a diligência comprovar que os custos da licitante ultrapassam o valor da



proposta, bem como se inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.7.7.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**8.8.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.8.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**8.8.2.** Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

**8.8.3.** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

**8.8.4.** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

**8.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor,



no prazo indicado pelo Agente Contratação/Comissão, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**8.9.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**8.9.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.10.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.11.** Caso o presente contratação exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.12.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**8.13.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.14.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**8.15.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anteprojeto, Projeto Básico ou Termo de Referência.

## **9.0 – DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

**9.1.** Os documentos previstos nesse edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos do [art. 62 a 70 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#) conforme disposto no **ANEXO I**.

**9.2.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.3.** Os documentos exigidos para fins de habilitação previstos no **ANEXO I** poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**9.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021.

**9.5.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Federal nº. 14.133/2021](#)).

**9.6.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**9.7.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.7.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**9.8.** A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.8.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem desse edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**9.8.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade

fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**9.8.3. Os documentos complementares exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas horas), podendo ser prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.**

**9.8.4.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**9.9.** A complementação dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**9.9.1.** Quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência da Regularidade Fiscal ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**9.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Federal nº. 14.133/2021, art. 64](#)):

**9.10.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**9.10.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**9.11.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.12.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**9.13.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



**9.14.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **10.0 – DO CONTRATO**

**10.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, conforme modelo do **ANEXO VI**.

**10.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**10.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá:

**10.3.1.** Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

**10.3.2.** Disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 02 (dois) dias úteis; ou

**10.3.3.** Outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

**10.4.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

**10.4.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;

**10.4.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

**10.4.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

**10.5.** Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**10.6.** O prazo de execução total, incluindo fase de projetos e fase de execução de obras é de

**18 (dezoito) meses.**

**10.7.** O prazo de vigência do contrato será de **18 (dezoito) meses.**

#### **11.0 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA ADICIONAL**

**11.1.** Após a homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, o contratado deverá enviar o comprovante de prestação de garantia para o e-mail do Departamento de Licitações ([licitacao@chapadadosguimaraes.mt.gov.br](mailto:licitacao@chapadadosguimaraes.mt.gov.br)), podendo optar por seguro-garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária.

**11.2.** A garantia que trata o item anterior deverá corresponder ao montante mínimo de 5% (cinco por cento) do valor inicial a ser contratado.

**11.2.1.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre o resultado de 85% do valor estimado pela Administração e o valor da proposta.

**11.2.2.** Se houver presunção de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**11.2.3.** O prazo da garantia deverá corresponder a todo o prazo de vigência do contrato, devendo ser renovada em caso de prorrogação ou complementada em caso de aditamento.

**11.2.4.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**11.2.5.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**11.2.6.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

#### **12.0 – DOS RECURSOS**

**12.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à

habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

**12.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**12.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**12.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**12.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**12.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**12.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**12.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**12.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico.



### **13.0 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**13.3.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação durante o certame;

**13.3.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**13.3.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**13.3.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**13.3.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**13.3.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**13.3.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**13.3.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**13.3.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**13.3.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**13.3.5.** Fraudar a licitação;

**13.3.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**13.3.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**13.3.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**13.3.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**13.3.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**13.3.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**13.4.** Com fulcro na Lei Federal nº. 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**13.4.1.** Advertência;

**13.4.2.** Multa;

**13.4.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**13.4.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**13.5.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**13.5.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**13.5.2.** As peculiaridades do caso concreto.

**13.5.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**13.5.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**13.5.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.6.** A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**13.7.** Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**13.7.1.** Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**13.8.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**13.9.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**13.10.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**13.11.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo

previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**13.12.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº. 73, de 2022.

**13.13.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.14.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.15.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.16.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.17.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**13.18.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail



informados na proposta comercial.

**13.18.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

#### **14.0 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**14.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**14.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**14.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo site da Licitanet.

**14.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**14.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**14.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **15.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**15.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

**15.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**15.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**15.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**15.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**15.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**15.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**15.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na plataforma eletrônico da Licitanet e portal da transparência da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT.

**16.0 – INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:**

- a).** Anexo I – Relação de Documentos para fins de habilitação
- b).** Anexo II – Estudo Técnico Preliminar
- c).** Anexo III – Anteprojeto
- d).** Anexo III.A – Declaração Ref. Alíquota de ISSQN
- e).** Anexo III.B – Declaração de Cadastramento de Beneficiários CADÚNICO;
- f).** Anexo III.C – Declaração de Disponibilidade de Água e Esgoto
- g).** Anexo III.D - Declaração de Disponibilidade de Energia
- h).** Anexo III.E – Declaração de Posse de Imóvel;

- i). Anexo III.F – Declaração de Terreno localizado em área pública;
- j). Anexo III.G - Declaração de Resíduos Sólidos;
- k). Anexo III.H – Declaração de Sustentabilidade;
- l). Anexo III.I – Parecer Técnico de Sondagem de Solo;
- m). Anexo III.J – Projeto Arquitetônico Prévio;
- n). Anexo IV – Matriz de Risco
- o). Anexo V – Modelo de Proposta;
- p). Anexo VI – Minuta de Contrato;
- q). Anexo VII – Modelo de Declaração ME/EPP;
- r). Anexo VIII – Atestado de Visita Técnica
- s). Anexo IX – Declaração de Dispensa de Visita Técnica;
- t). Anexo X – Declaração Unificada de Habilitação;
- u). Anexo XI – Declaração de Disponibilidade de Equipamentos;
- v). Anexo XII – Declaração de Qualificação Técnica

---

**Mariana Caroline Soares Cardoso**  
**Agente de Contratação**  
**Portaria 001/2025**



## **ANEXO I**

### **DA RELAÇÃO DOS DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

#### **1.0 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**1.1. Documento de Identificação, com foto e em vigor, de todos os sócios da empresa** e do signatário da proposta caso não seja sócio, acompanhado de procuração, pública ou particular, quando particular com firma reconhecida em cartório, com fins específicos para representar a empresa em licitações, com poderes para dar lance;

**1.2. Registro comercial**, no caso de Empresa Individual;

**1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

**1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil**, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**1.5. Empresa ou sociedade estrangeira**: decreto de autorização, assim como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### **2.0 – DA DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).**

**2.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objetivo licitado;

**2.3. Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)** está prevista na Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº. 443, de 17 de outubro de 2014, a mesma poderá ser retirada no site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

**2.4. Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND)** específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br), para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo órgão emissor.

**2.5. Certidão Negativa Municipal** do domicílio ou sede da licitante.

**2.6. Certidão Negativa relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.**

**2.7. Certidão Negativa de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452/43 (Incluído pela Lei Federal nº. 12.440/2011).

**2.8. Relatório de Consulta Consolidada (TCU, CNJ, Portal da Transparência) de Pessoa Jurídica** disponível no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

**2.9.** A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

**2.10.** Considera-se positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança;

**2.11.** Caso não conste expressamente o prazo de validade, será considerada válida a Certidão de que trata o item anterior que tenha sido emitida no máximo até 60 (sessenta) dias da data de abertura do certame.

### **3.0 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial**, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica e que esteja dentro do seu prazo de validade;

**3.1.1.** Caso não conste expressamente o prazo de validade, será considerada válida a Certidão de que trata o item anterior que tenha sido emitida no máximo até 90 (noventa) dias da data de abertura do certame.

**3.1.2.** Ao solicitar as Certidões de Falência e Recuperação Judicial, perante o Poder Judiciário do Estado De Mato Grosso, devem ser selecionadas as opções **AUTOR e RÉU**, para o cumprimento do Art. 69, II da Lei Federal nº. 14.133/2021. Para os licitantes dos demais estados, caso não contenha os termos acima, deverão certificar que as certidões expedidas em suas comarcas atestam a inexistência de ações de Falência movidas ou em desfavor da empresa solicitante. Podendo o Agente de Contratação realizar diligência a fim de verificar o atendimento da Lei Federal nº. 14.133/2021, em vistas do Art. 97 da Lei nº. 11.101/05.

**3.1.3.** Para os licitantes dos demais estados, deverão certificar-se de que as certidões expedidas em suas comarcas, mesmo que não contenham

especificamente os termos acima, atestam a inexistência de ações de falência movidas pelo autor ou em face do mesmo, uma vez que, diante de cada caso concreto, o Agente de Contratação poderá realizar diligências a fim de verificar o atendimento das informações mínimas necessárias para a certificação exigida pela Lei.

**3.1.4.** Caso a Certidão seja Positiva de Recuperação, deverá a empresa apresentar a comprovação que seu Plano de Recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58 da Lei nº. 11.101/2005, sob pena de inabilitação.

**3.1.5.** As certidões de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, deverão contemplar informações **de pesquisa referente aos últimos 05 (anos)**, exceto caso a empresa tenha sido criada a menor tempo, neste caso deverá contemplar no mínimo o período entre a constituição da empresa e a data atual.

**3.2. Balanço patrimonial,** demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais;** (Art. 69, inciso I da Lei Federal nº. 14.133/2021).

**3.2.1.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº. 14.133/2021, Art. 65, §1º).

**3.2.2.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**3.2.3.** O balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

**3.2.4.** Para fins de atendimento ao disposto no item 3.2.4 do edital, os documentos mencionados deverão ser apresentados da seguinte forma:

**3.2.4.1.** Caso se trate de sociedade regida pela Lei Federal nº. 6.404/1976 (sociedade anônima):

- a). Publicados em Diário Oficial;
- b). Publicados em jornal de grande circulação;
- c). Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**3.2.4.2.** Caso se trate de sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- a). Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta



Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente ou;

**b).** Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**3.2.4.3.** Caso se trate de Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Complementar nº. 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP):

**a).** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou;

**b).** As ME e EPP optantes pela contabilidade simplificada nos termos do Art. 27 da Lei Complementar Federal nº. 123/2006, poderão apresentar Declaração Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último exercício, ou se forem cadastradas e optantes pelo “SIMPLES NACIONAL”, deverão apresentar juntamente com a IRPJ a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – **DEFIS** gerada pelo PGDAS-D, referente aos **2 (dois) últimos exercícios**;

**3.3. Comprovação da Capacidade Econômico – Financeira** por meio de demonstração através dos seguintes índices, sendo que deverão ser apresentados os coeficientes apenas do último exercício social:

<b>a).</b> ILC (Índice de Liquidez Corrente), maior ou igual que 1,00 (um inteiro), aplicando-se a seguinte fórmula:
$ILC = \frac{AC}{PC}$
<b>AC</b> = Ativo Circulante <b>PC</b> = Passivo Circulante
<b>b).</b> ILG (Índice de Liquidez Geral), maior ou igual que 1,00 (um inteiro), aplicando-se a seguinte fórmula:
$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$
<b>AC</b> = Ativo Circulante <b>PC</b> = Passivo Circulante <b>ELP</b> = Exigível a Longo Prazo <b>RLP</b> = Realizável a Longo Prazo
<b>c).</b> GS (Grau de Solvência) maior ou igual que 1,00 (um inteiro), aplicando-se a seguinte fórmula:

$GS = \frac{AT}{PC + ELP}$		
<b>AT</b> = Ativo Total	<b>PC</b> = Passivo Circulante	<b>ELP</b> = Exigível a Longo Prazo

**3.4.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Grau de Solvência (GS), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

#### **4.0 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL**

**3.5.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**4.1.** Apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, *quando for o caso*, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação.

**4.1.1.** Na descrição do atestado deverão conter informações que permitam o entendimento dos trabalhos realizados, bem como aferir a semelhança ou afinidade com o objeto licitado.

**4.1.2.** O (s) atestado (s) deverá possuir informações claras sobre quem o expedir. Caso parem dúvidas sobre a veracidade do (s) atestado (s) apresentado (s), poderá o agente de contratação realizar diligências para saná-las, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

**4.1.2.1.** Nome, CNPJ, endereço completo e telefone do emitente.

**4.1.2.2.** Descrição e quantidade dos produtos fornecidos;

**4.1.2.3.** Nome e CNPJ da empresa que forneceu o bem ou prestou o(s) serviço(s);

**4.1.2.4.** Data de emissão.

**4.1.2.5.** Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

**4.1.3.** Caso o atestado apresentado seja de empresa privada ASSINADO POR CANETA, o mesmo deverá ser reconhecido firma em cartório (Sob pena de inabilitação). Será aceito atestado assinado com Certificado Digital, desde que venha com código de verificação e seja possível efetuar a validação do assinante.

**4.1.4.** Poderão ser apresentados um ou mais atestados;

**4.1.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em

nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**4.1.6.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**4.1.7.** A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto a pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o fornecimento, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do fornecimento.

**4.1.8.** Em hipótese alguma será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

**4.1.9.** Declaração Unificada de Habilitação em papel timbrado da empresa licitante, nos termos do **ANEXO X**;

**4.2.** Declaração de Disponibilidade de Equipamentos Mínimos, conforme **ANEXO XI** do edital

– Declaração formal emitida pela Licitante de que os equipamentos necessários para execução da Obra/Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “in loco” pela equipe da PREFEITURA, por ocasião de sua utilização e sempre que necessário.

**4.3.** A licitante deverá apresentar em papel timbrado a “Declaração de Qualificação Técnica”, conforme **ANEXO XII**, declarando que:

a). Declara, para efeitos legais, que tem conhecimento de todas as condições para prestação do serviço objeto deste Edital, e que faz a opção de se abster da vistoria, não cabendo posteriormente nenhum questionamento contra a contratante em razão disto, e tampouco eximir-se de qualquer obrigação assumida ou revisão dos termos do contrato que vier a firmar.

b). Declara que executará os serviços e disponibilizará pessoal necessário e equipamentos necessários ao bom andamento dos serviços de acordo com os prazos estabelecidos no Edital.

c). Declara que se submete à fiscalização e ao controle técnico da Prefeitura ou a quem esta expressamente indicar.

d). Declara expressamente que aceita a descontar as multas eventualmente aplicadas pela Prefeitura dos créditos a receber decorrente das obrigações contratuais, caso for vencedora da presente



licitação, além de outras penalidades previstas em lei.

e). Declara que recebeu os documentos relativos a obra, e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

f). Declaram, o Representante Legal e o(s) Responsável(eis) Técnico(s) que são responsáveis pela planilha de composição de preços unitários apresentada a qual integra a proposta de preços, conforme previsto no Edital.

**4.4.** Atestado de Visita, conforme **ANEXO VIII**, do edital, expedido pela Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, atestando que o representante legal ou engenheiro responsável técnico da empresa visitou o local onde será executada a obra e tomou conhecimento de todas as condições locais e necessárias para o cumprimento das obrigações inerentes e elaboração da proposta.

**4.5.** Declaração de Dispensa de Visita Técnica, conforme **ANEXO IX** do edital. Este documento somente deverá ser apresentado pela licitante que optar pela não realização da Vistoria Técnica ao local da obra, em substituição ao documento solicitado no item 4.4 deste edital.

## **5.0 – DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** A licitante deverá apresentar em papel timbrado a “Declaração de Cumprimentos de Requisitos de habilitação”, conforme **ANEXO XI**, declarando que:

**5.1.1.** As empresas que se enquadrarem na qualidade de ME/EPP deverão apresentar a **CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL**, emitida a menos de 60

(sessenta) dias da data de abertura das propostas deste edital OU apresentar DECLARAÇÃO, nos termos do modelo que consta do **ANEXO VII** deste Edital, firmada pelo contador da empresa, ratificando não haver nenhum dos impedimentos previstos no art. 3º, §4º, da referida lei. A não entrega desta Certidão Simplificada ou da declaração indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

**5.2.** Os documentos apresentados deverão ser, em original, por qualquer processo de cópia previamente autenticada por cartório ou servidor designado pela Administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis);

**5.3.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientado que:

**5.3.1.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

**5.3.2.** Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

**5.4.** Os documentos apresentados deverão estar em plena vigência;

**5.5.** Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

**5.6.** O Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário;

**5.7.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**5.8.** Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar

qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá o Agente de Contratação considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações.

**5.9.** Poderá o Agente de Contratação declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida.

**5.10.** Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Agente de Contratação considerará o proponente inabilitado.

## **ANEXO II**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

#### **1.0 – INTRODUÇÃO E OBJETO**

Município de Chapada dos Guimarães – MT apresenta uma demanda expressiva por unidades habitacionais de interesse social, com ênfase na população de baixa renda em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O déficit habitacional local tem se intensificado progressivamente, em razão do aumento populacional, da descontinuidade de políticas públicas voltadas à habitação e da elevação dos custos para aquisição de moradias, fatores que comprometem o acesso das camadas mais carentes da população a condições adequadas de habitação. Os requisitos presentes neste documento visam incentivar e balizar o desenvolvimento tecnológico, bem como providenciar orientação para avaliação técnica de tecnologias construtivas utilizadas em projetos propostos.

#### **2.0 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA**

A precariedade das condições habitacionais configura-se como uma das principais adversidades enfrentadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade no município, com impactos diretos sobre indicadores de saúde pública, segurança e bem-estar social. A inexistência de moradia regular compromete o pleno acesso a serviços públicos essenciais, tais como educação, transporte, assistência social e saneamento básico, ocasionando a sobrecarga da infraestrutura urbana existente e fomentando a ocupação desordenada de áreas periféricas ou ambientalmente sensíveis. Tal cenário agrava as desigualdades sócio espaciais e contribui para o processo de fragmentação e desestruturação do tecido urbano. Ao direcionar investimentos para a construção de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50, a Administração Pública não apenas assegura a efetivação do direito constitucional à moradia, como também fomenta a inclusão social, o resgate da dignidade da pessoa humana e o desenvolvimento urbano planejado. As unidades a serem implantadas serão destinadas, de forma exclusiva, a famílias que atendam aos critérios estabelecidos pela política habitacional federal, assegurando isonomia no acesso à moradia e promovendo a cidadania ativa por meio da garantia de estabilidade residencial.

A execução dessas intervenções tem por finalidade atender aos preceitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, em especial os dispostos nos artigos 6º e 182, que asseguram à população o direito social à moradia



e a observância da função social da propriedade. Ao viabilizar o acesso a uma moradia digna, o município contribui para a efetivação de direitos fundamentais, promovendo não apenas a mobilidade urbana, mas também o acesso equitativo a oportunidades, à proteção social e à melhoria das condições de desenvolvimento humano.

A implementação deste empreendimento habitacional configura-se como um marco relevante na consolidação da política pública municipal de habitação, atuando como ferramenta estratégica para o controle da expansão urbana desordenada, a prevenção da formação de assentamentos irregulares e a qualificação das condições urbanísticas do território. A execução do projeto básico, bem como da obra dele decorrente, proporcionará efeitos positivos tanto imediatos quanto estruturais, contribuindo significativamente para o dinamismo da economia local, notadamente no setor da construção civil com reflexos diretos na geração de emprego e renda para a população.

Dessa forma, considera-se que a concretização desta proposta de contratação integrada reveste-se de elevada relevância para o Município de Chapada dos Guimarães – MT, uma vez que não se limita à provisão de unidades habitacionais, mas também representa o atendimento a preceitos constitucionais, a promoção da equidade social e o fomento ao desenvolvimento urbano sustentável, com impactos diretos na melhoria das condições de vida da população local.

### **3.0 – NATUREZA E FINALIDADE DA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA**

A obra é classificada como complexa, demandando a elaboração de anteprojeto, projetos básico e executivo, bem como projetos complementares, além da execução integral da obra, observando todas as exigências legais, técnicas, ambientais e administrativas aplicáveis. Em razão dessa complexidade, a contratação será realizada sob o regime de contratação integrado, conforme previsto no artigo 46, inciso V, da Lei nº 14.133/2021. O objetivo é garantir a entrega de unidades habitacionais completas e seguras, em conformidade com os padrões normativos estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e pelas normas da ABNT, bem como promover a inclusão social e o desenvolvimento urbano sustentável.

### **4.0 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

A contratação de empresa especializada para a elaboração dos projetos e execução da obra de construção de unidades habitacionais no Município de Chapada dos Guimarães – MT fundamenta-se na necessidade premente de suprir a crescente demanda por moradia digna e regularizada, direcionada principalmente à população de baixa renda residente em áreas urbanas vulneráveis. A carência de habitação adequada compromete a dignidade humana, limita o acesso a direitos sociais essenciais e intensifica os índices de exclusão social e segregação urbana. O Município enfrenta atualmente um

déficit habitacional expressivo, caracterizado pela presença de famílias residentes em áreas de risco, habitações precárias ou em situação de coabitação compulsória. A presente contratação viabilizará a construção de unidades habitacionais em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50, promovendo o reordenamento urbano, a regularização fundiária e a melhoria das condições de vida dos beneficiários. Tal iniciativa contribuirá diretamente para a mitigação das desigualdades sociais, assegurando às famílias beneficiadas condições mínimas de segurança, salubridade, acessibilidade e infraestrutura. Ao direcionar investimentos para este empreendimento habitacional, a Administração Municipal reafirma seu compromisso com a promoção da justiça social, a mitigação do déficit habitacional e o fortalecimento da política pública habitacional. Trata-se de um projeto estruturante que, além de suprir demandas históricas, promoverá o desenvolvimento socioeconômico local, dinamizará o setor da construção civil e fomentará a inclusão social. A contratação proposta será viabilizada por meio de recursos específicos vinculados à política habitacional federal, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e pelo Município de Chapada dos Guimarães – MT, garantindo a alocação eficiente dos recursos públicos em benefício direto da população.

#### **5.0 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os serviços serão executados por empresa especializada no segmento da construção civil, devidamente comprovada em sua capacidade técnica e operacional para atuação sob regime de contratação integrada, nos termos do artigo 46, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratada deverá possuir constituição legal regular, com registro ativo junto ao CREA e/ou CAU, e estar autorizada pelos órgãos competentes para desenvolver, aprovar e executar projetos de engenharia e arquitetura, bem como para realizar obras públicas habitacionais.

O objeto da contratação possui escopo previamente delineado por meio de anteprojeto elaborado pela Administração, cuja execução seguirá um cronograma físico-financeiro específico, a ser apresentado e aprovado em conformidade com os projetos a serem desenvolvidos pela contratada. O escopo contempla a entrega integral de unidades habitacionais, em conformidade com os padrões estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50, apresentando área construída de 53,86 m<sup>2</sup> por unidade.

A empresa contratada será responsável, de forma abrangente e integrada, pelas seguintes atividades técnicas e operacionais:

- Elaboração do **Projeto Arquitetônico** das unidades habitacionais, conforme tipologia definida no PMCMV;
- Desenvolvimento dos **Projetos Complementares**, incluindo:



estrutural, hidrossanitário, elétrico, telefonia e acessibilidade;

- Realização do **Estudo Geotécnico** com sondagem tipo SPT (Standard Penetration Test), conforme ABNT NBR 6484 e correlatas;
- Elaboração de **Estudo Hidrogeológico**, conforme normas da ABNT (NBR 15495 e NBR 12212);
- Elaboração do Memorial Descritivo, Cronograma Físico – Financeiro, Planilha Orçamentaria, Curva ABC de serviços e Memorial de Calculo;
- Obtenção de todas as licenças, alvaras e autorizações necessárias para execução da obra junto aos órgãos competentes;
- Execução completa da obra das obras de construção das unidades habitacionais, com toda a infraestrutura necessária, incluindo ligações de água, energia elétrica, esgoto, drenagem pluvial e calçamento;
- Regularização fundiária e emissão da documentação legal das unidades, como Habite-se e averbação da construção no Cartório de Registro de Imóveis.
- Elaboração e entrega do as built (projeto conforme executado, memorial descritivo final e demais documentos exigidos pelo ente financiador e pela Administração Municipal.
- As diretrizes técnicas e exigências mínimas do **Programa Minha Casa Minha Vida –FNHIS SUB-50**;
- As **Normas Regulamentadoras (NRs)** do Ministério do Trabalho, com ênfase na NR-5(CIPA) e NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção);
- A legislação ambiental aplicável, especialmente no que diz respeito à perfuração de poços e captação de águas pluviais;
- A exigência de emissão de **ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)** ou **RRT (Registro de Responsabilidade Técnica)** para cada projeto e serviço executado, vinculando formalmente os profissionais técnicos à contratada.

A modalidade licitatória adotada será a CONTRATAÇÃO INTEGRADA, com critério de julgamento menor preço global, nos termos do art. 28, inciso II, c/c art. 46, §1º, da Lei Federal nº. 14.133/2021. O modelo de contratação integrada adotado visa assegurar maior eficiência, economicidade, redução de riscos técnicos e garantia de soluções adaptadas às condições locais. A forma de execução será empreitada por preço global, compatível com o escopo integral do objeto.

## 6.0 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS



ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO
01	SERV	1	<b>CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, VINCULADA AO PROGRAMA FNHIS SUB 50, DO MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SOB O TERMO DE COMPROMISSO Nº 987203/2025/MCIDADES/CAIXA.</b>

Os quantitativos, valores e local da execução do Serviço está locado nas planilhas do anteprojeto, conforme informado no Item 8 deste Estudo Técnico Preliminar.

#### **7.0 – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR**

No âmbito da fase preparatória da contratação, foi conduzido levantamento técnico preliminar com o objetivo de analisar a viabilidade da iniciativa e identificar a solução mais adequada para o atendimento do objeto proposto, que consistente na construção de unidades habitacionais de interesse social no Município de Chapada dos Guimarães – MT, no contexto do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50. Foram consideradas e comparadas duas alternativas principais, avaliadas com base em critérios técnicos e administrativos, incluindo custo estimado, prazo de execução, atribuição de responsabilidades técnicas, mitigação de riscos e eficiência na gestão contratual.

Alternativa 1: Contratação convencional com separação entre projeto e obra. Essa alternativa consiste em realizar a contratação, em fases distintas, da empresa projetista (responsável pelo projeto básico e executivo) e, posteriormente, de empresa distinta para execução da obra.

**Análise:** Embora seja uma abordagem tradicional na administração pública, apresenta diversos pontos críticos, como:

- Risco de incompatibilidade entre projeto e execução: dificuldades técnicas podem surgir durante a obra por falhas ou omissões no projeto elaborado por terceiros;
- Maior custo indireto e retrabalho: adaptações de projeto durante a execução geram aditivos contratuais e atrasos;
- Fragmentação da responsabilidade técnica: dificulta a atribuição de responsabilidade por falhas;
- Aumento no tempo de execução global, dado que os processos licitatórios ocorreriam em sequência (projetos > análise técnica > obra).

**Conclusão:** Alternativa descartada, por não garantir a eficiência, economicidade e celeridade requeridas para o atendimento da política habitacional proposta.

**Alternativa 2:** Contratação integrada com elaboração e execução pelo mesmo ente. Essa modalidade prevê a contratação de empresa única, que será responsável tanto pela elaboração dos projetos básico, executivo e complementares, quanto pela execução integral da obra, em conformidade com o art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

**Análise:** Essa alternativa representa a solução mais eficiente e vantajosa sob diversos aspectos:

- Integração entre projeto e obra, garantindo compatibilidade técnica;
- Centralização da responsabilidade técnica, jurídica e operacional em único ente;
  - Redução de prazos e de riscos contratuais, por permitir soluções técnicas integradas e adaptadas às condições locais;
- Maior controle sobre cronograma físico-financeiro, possibilitando um fluxo mais ágil de aprovação, execução e entrega;
- Mitigação de aditivos contratuais, com base na definição de preço global previamente pactuado.

**Conclusão:** Alternativa escolhida. Garante eficiência técnica, redução de riscos, agilidade na execução, melhor gestão contratual e atendimento pleno às diretrizes do programa habitacional federal.

**8.0 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** **Justificativa Legal da Modalidade e do Regime de Execução** A contratação será realizada pela modalidade Contratação Integrada, do tipo menor preço global, com base:

- **No art. 28, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021**, por se tratar de contratação de grande vulto;
- **No art. 46 da Lei Federal nº. 14.133/2021**, que permite a contratação integrada em casos que envolvam solução completa e maior eficiência para a Administração;
- **No art. 6º, inciso XII da Lei Federal nº. 14.133/2021**, que define obra como toda construção que resulte em bem imóvel novo, com padrões objetivos de qualidade, o que permite a adoção de critérios técnicos de julgamento.

**Fundamentação Constitucional e Administrativa**

- **Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal:** assegura a obrigatoriedade da licitação, com igualdade de condições entre os participantes;
- **Art. 11, inciso I da Lei Federal nº. 14.133/2021:** reforça a obrigação de adoção da modalidade mais compatível com a complexidade e valor do objeto;
- A presente solução **assegura transparência, isonomia, eficiência e economicidade, princípios basilares da Administração Pública.**

## **8.0 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

### **8.0 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da contratação foi apurado com base na composição



analítica dos custos unitários dos serviços previstos, contemplando as parcelas referentes a materiais, mão de obra, equipamentos e encargos legais. Para fins de precificação, foram adotadas como referência as diretrizes atualizadas do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, mantido pela Caixa Econômica Federal em parceria com o IBGE.

A estimativa de preços leva em conta os quantitativos definidos no anteprojeto, os estudos técnicos preliminares e os memoriais descritivos associados ao objeto.

O valor estimado para essa contratação é de R\$ 2.785.319,52 (Dois milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), conforme planilha orçamentária preliminar elaborada pela equipe técnica. Os preços utilizados refletem as médias de mercado, respeitando o equilíbrio financeiro e a razoabilidade dos custos, e foram obtidos com base em boletins de referência atualizados do SINAPI, respeitando a regionalização dos preços para o Estado de Mato Grosso.

Na ausência de itens específicos na base SINAPI, foram utilizadas composições próprias justificadas tecnicamente, com memória de cálculo e coeficientes detalhados. A adoção de tais composições respeita as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), que orienta o uso de outras fontes referenciais desde que tecnicamente justificadas e documentadas.

O orçamento detalhado da obra será parte integrante do Projeto Básico, contemplando cronograma físico-financeiro, memorial de cálculo e planilhas de custo por item e etapa. A documentação será elaborada por equipe técnica devidamente habilitada, assegurando transparência, controle e rastreabilidade dos custos estimados.

## **9.0- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

### **9.0 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A presente contratação tem por objeto a elaboração dos projetos e a execução integral das obras de construção de unidades habitacionais de interesse social no Município de Chapada dos Guimarães – MT, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50. A definição dos elementos técnicos da solução ficará a cargo da empresa contratada, mediante o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, os quais deverão contemplar, preliminarmente, os seguintes serviços: • Elaboração do anteprojeto e projetos executivos de engenharia e arquitetura (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidros sanitário, drenagem, acessibilidade e paisagismo);



- Realização de estudos do solo, incluindo sondagem geotécnica (SPT) e estudo hidro geológico, conforme normas técnicas vigentes da ABNT;
- Obtenção de todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias para execução da obra junto aos órgãos competentes;
- Execução das obras de construção das unidades habitacionais, com toda a infraestrutura necessária, incluindo ligações de água, energia elétrica, esgoto, drenagem pluvial;
- Regularização fundiária e emissão da documentação legal das unidades, como “Habite-se” e averbação da construção no Cartório de Registro de Imóveis;
- Elaboração e entrega do as built (projeto conforme executado), memorial descritivo final e demais documentos exigidos pelo ente financiador e pela Administração Municipal.

As intervenções deverão atender integralmente às diretrizes estabelecidas pelo programa habitacional federal, observando os padrões mínimos de qualidade definidos pela Caixa Econômica Federal, pelas normas técnicas da ABNT e pelas exigências regulamentares do Município de Chapada dos Guimarães-MT. A solução técnica a ser adotada deverá priorizar práticas construtivas que assegurem eficiência, sustentabilidade e segurança, com otimização dos recursos empregados e garantia da durabilidade das edificações. Todos os elementos técnicos e especificações deverão estar devidamente caracterizados e detalhados no Projeto Básico, cuja aprovação estará condicionada à análise da Administração Pública.

#### **10.0 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

#### **10- JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

O fracionamento da solução proposta não se mostra recomendável, especialmente sob os aspectos técnico, jurídico e operacional. A adoção do regime de contratação integrada, por meio de instrumento contratual único abrangendo a elaboração dos projetos e a execução da obra, proporciona à Administração Pública maior controle sobre o cronograma, os custos e a qualidade da entrega, além de garantir a conformidade com os requisitos estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida-FNHIS SUB-50. A concentração das responsabilidades em um único contratado promove o alinhamento entre as fases do empreendimento, mitiga riscos de incompatibilidades técnicas e reduz a probabilidade de conflitos decorrentes da atuação de múltiplos executores.

A natureza do objeto construção de unidades habitacionais com infraestrutura completa demanda a integração e **o sincronismo entre as etapas de elaboração dos projetos, obtenção de licenças, execução das**

### **obras e regularização documental.**

Diante dessa complexidade, a segmentação do escopo apresenta-se tecnicamente inviável, uma vez que o fracionamento das atividades comprometeria a compatibilidade entre os projetos, aumentaria o risco de retrabalho e atrasos na execução, além de dificultar o adequado acompanhamento e fiscalização por parte da Administração Pública.

Do ponto de vista econômico, o fracionamento do objeto revela-se desvantajoso. A contratação em regime integral possibilita a obtenção de **ganhos de escala**, a diluição de custos indiretos e o fortalecimento do poder de negociação da contratada junto a fornecedores e prestadores de serviço. Em contrapartida, a segmentação da contratação tende a elevar o custo global da obra, dificultar a composição de preços de forma eficiente e aumentar o risco de sobreposição de encargos administrativos, operacionais e logísticos. Portanto, diante da complexidade, interdependência e características do objeto, recomenda-se expressamente a não realização de parcelamento da contratação, garantindo maior controle, eficiência na execução, economicidade e conformidade legal por parte da Administração Municipal.

## **11.0 – NATUREZA E FINALIDADE DA OBRA DE ENGENHARIA**

O objeto da presente contratação, construção de unidades habitacionais com infraestrutura completa é caracterizado como obra de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº. 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de um conjunto de atividades técnicas privativas das profissões de arquiteto e engenheiro, que envolvem tanto a elaboração de projetos quanto a execução física da edificação em área urbana.

## **12- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS ESPERADOS**

### **12.0 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

A contratação para elaboração dos projetos e execução das obras destinadas à construção de unidades habitacionais no Município de Chapada dos Guimarães – MT configura uma medida estratégica direcionada à promoção da dignidade humana, à redução do déficit habitacional e ao enfrentamento da vulnerabilidade social. A implementação do objeto proposto viabilizará o acesso à moradia regularizada, segura e equipada com infraestrutura adequada, resultando em melhorias substanciais nas condições de vida das famílias beneficiadas.

A presente contratação possibilitará a entrega de unidades habitacionais edificadas em conformidade com os padrões técnicos estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB-50, contemplando infraestrutura completa, regularização documental e adequada inserção urbana planejada. Essa ação contribuirá de forma direta para a valorização



mobiliária, o ordenamento territorial do município e a mitigação de ocupações irregulares.

Espera-se, como resultado direto, o estímulo à economia local por meio da geração de empregos e renda ao longo do período de execução da obra. Adicionalmente, prevê-se a ocorrência de impactos indiretos positivos nos setores de comércio, serviços e construção civil no município, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.

A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente os requisitos técnicos e legais estabelecidos no Edital de Licitação, no Projeto Básico, no Projeto Executivo e neste Estudo Técnico Preliminar, observando as boas práticas de engenharia, os padrões de qualidade definidos e os prazos estipulados.

A concretização da contratação representará um avanço substancial nas políticas públicas de habitação de interesse social do Município, sendo a elaboração do Projeto Básico e Executivo pela empresa contratada a fase inicial que fundamentará a execução integral da obra. Dessa forma, o Município de Chapada dos Guimarães - MT avançará significativamente no enfrentamento das desigualdades habitacionais e na consolidação de um espaço urbano mais equitativo, acessível e integrado.

### **13.0 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

#### **13- PROVIDENCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Com o objetivo de assegurar a adequada instrução e condução do processo licitatório, bem como garantir a conformidade com a legislação aplicável, a Administração deverá observar e implementar, no mínimo, as seguintes providências preliminares à contratação: Elaboração de relatório técnico circunstanciado, contendo a descrição da necessidade, a justificativa da escolha da solução e a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, nos termos do §5º do art. 40 da Lei Federal nº. 14.133/2021;

Definição do programa de necessidades, com a delimitação clara das diretrizes para os projetos e a obra, incluindo os critérios mínimos de desempenho, qualidade, segurança e sustentabilidade;

Estruturação do anteprojeto, que servirá de base para o desenvolvimento dos projetos básico e executivo por parte da empresa contratada, devendo conter elementos suficientes para permitir a caracterização do objeto da contratação; Elaboração e aprovação do Estudo Técnico Preliminar, contendo os elementos técnicos, legais e econômicos necessários para subsidiar a tomada de decisão e instruir a fase preparatória da licitação, conforme inciso XXIII do art. 6º da Lei Federal nº. 14.133/2021;

Aprovação técnica e administrativa do conteúdo do Estudo Técnico Preliminar, do anteprojeto e do programa de necessidades pela autoridade competente;

Elaboração da minuta do edital de licitação e dos anexos obrigatórios, incluindo cláusulas contratuais, critérios de julgamento, regime de execução e forma de remuneração;



Inclusão de parecer jurídico que ateste a regularidade do processo, em especial quanto à legalidade da contratação integrada e da adoção do regime de empreitada por preço global. Para o regular processamento da licitação e gestão contratual caberá à contratante:

Fornecer à contratada todas as informações técnicas disponíveis, por meio do anteprojeto e demais documentos integrantes do edital;

Exigir o cumprimento rigoroso de todas as obrigações assumidas pela contratada, conforme previsto no contrato, nos projetos apresentados e nas normas técnicas aplicáveis;

Designar formalmente servidor ou comissão de fiscalização, responsável pelo acompanhamento da execução contratual, conforme art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021;

Notificar a contratada por escrito, em caso de ocorrência de qualquer irregularidade, omissão ou desconformidade com as obrigações pactuadas, garantindo o contraditório e a ampla defesa;

No âmbito do procedimento licitatório, a Administração e os licitantes deverão observar fielmente os dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, especialmente:

- a). A empresa vencedora deverá executar integralmente o objeto nos termos da proposta e conforme as exigências do edital;
- b). Deverá comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer ocorrência que possa comprometer o andamento da obra;
- c). Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela contratante.

## 14 – FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 14.0 – FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A contratação será realizada por meio de **procedimento licitatório na modalidade Concorrência**, nos termos do **inciso II do art. 28 da Lei Federal nº. 14.133/2021**, por se tratar de obra de engenharia de grande vulto, com valor estimado superior ao limite legal e natureza técnica complexa. A forma de execução será **contratação integrada**, conforme previsão expressa no **art. 46 da Lei Federal nº. 14.133/2021**, sendo a empresa contratada responsável por todas as etapas da obra, desde a elaboração dos projetos básico e executivo até a entrega final da construção com a devida regularização legal. Será adotado o **critério de julgamento pelo menor preço global**, conforme art. 33, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio do anteprojeto, do programa de necessidades e dos demais documentos técnicos que integram o processo licitatório. Esta modalidade assegura maior competitividade, transparência, economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo integralmente os princípios estabelecidos no art. 5º da referida Lei.

## **15.0 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **15- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas em decorrência da presente contratação integrada, a empresa contratada ficará sujeita à aplicação de sanções administrativas, garantido o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do edital de licitação e do contrato administrativo, e em conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº. 14.133/2021.

Conforme estabelecido no art. 155 da Lei Federal nº. 14.133/2021, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades administrativas:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de apresentar a documentação exigida no processo licitatório;
- V. Não manter a proposta apresentada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pela Administração;
- VI. Recusar-se a celebrar o contrato ou a entregar a documentação necessária à formalização contratual dentro do prazo de validade da proposta;
- VII. Atrasar a execução ou a entrega do objeto da contratação sem justificativa aceita pela Administração;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa no processo licitatório ou durante a execução do contrato;
- IX. Fraudar o processo licitatório ou praticar ato fraudulento na execução contratual;
- X. Comportar-se de forma inidônea ou praticar qualquer tipo de fraude que comprometa a idoneidade da licitação ou da execução da obra;
- XI. Praticar atos ilícitos com a finalidade de frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Cometer ato lesivo Contra a Administração Pública, nos termos do art. 5º da **Lei nº. 12.846/2013** (Lei Anticorrupção).

## **16.0 – DA CONCLUSÃO – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **16- DA CONCLUSÃO – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Trata-se de Obra de Engenharia, pois a sua execução acarretará em alteração significativa do espaço, demonstrando baixa complexidade, porém necessitando de conhecimento específico para fazê-lo, cuja ação impacta no

alcance do objeto pretendido.

As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

Considerando que a execução contratual do Município de Chapada dos Guimarães/ MT é realizada através da execução indireta, para obras e serviços de engenharia.

Considerando que para a **CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS NO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, VINCULADA AO PROGRAMA FNHIS SUB 50, DO MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SOB O TERMO DE COMPROMISSO Nº 987203/2025/MCIDADES/CAIXA,** torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados, tendo em vista a necessidade de melhorias, ampliações necessárias para atendimento da demanda exarada.

Assim, após o planejamento consignado neste estudo técnico, mostra-se VIÁVEL a obtenção do objeto, sendo ele a contratação de empresa especializada para realizar serviços de construção, seguindo as condições e especificações previstas neste ETP por meio da Concorrência.

**( X ) É VIÁVEL ( ) NÃO É VIÁVEL**



## **ANEXO III ANTEPROJETO**

### **PREFÁCIO**

Este MEMORIAL DESCRITIVO é um roteiro básico e orientativo dos serviços necessários para a contratação integrada de empresa especializada para elaboração de projetos e execução de obra para construção de 20 unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB -50, com área construída de 53,86 m<sup>2</sup> por unidade no município de Chapada dos Guimarães/MT, localizado no Estado de Mato Grosso.

O planejamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretária Municipal de Finanças e planejamento e da Secretária Municipal de Obras prevê um conjunto de obras a serem projetadas e executadas, por meio da contratação integrada. Sendo assim, quando se trata de procedimento de contratação integrada, visa -se que somente um fornecedor seja responsável pelo projeto básico, projeto executivo e execução de obra. Com isto, há preferência por métodos construtivos mais rápidos, ainda que tais métodos não sejam os de menor preço ou sejam de domínio restrito no mercado. Portanto, com o objetivo de incentivar a inovação tecnológica, a empresa proponente deverá ser detentora de tecnologia construtiva alternativa pré -fabricada. Deste modo, só serão aceitas as propostas, projetos e metodologias construtivas desde que a solução proposta envolva as seguintes condições:

- a). Inovação tecnológica ou técnica;
- b). Utilização de práticas sustentáveis (atendimento de, ao menos, um requisito legal);
- c). Possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado;
- d). Produto já produzido em escala industrial;
- e). Solução que propicie economia no consumo de energia;
- f). Solução que propicie economia de custeio na operação da unidade educacional;
- g). Tecnologia que possibilite maior celeridade na execução da obra, considerando ainda o previsto no referido planejamento.

### **ANTEPROJETO**

O memorial e anteprojeto auxiliarão acerca das especificidades para elaboração do projeto arquitetônico, projetos executivos e complementares, definidos para construção do empreendimento educacional. A empresa contratada deverá obrigatoriamente apresentar seu Memorial Descritivo de acordo com a solução técnica definida, decorrente dos projetos elaborados pela empresa e aprovados antes da contratação (na fase de proposta) pela

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso bem como deverá inserir tabelas e ilustrações técnicas, que favoreça e simplifique a interpretação dos projetos.

As fundações e estruturas das edificações indicadas neste memorial são passíveis de modificação, visto que só poderão ser realmente estabelecidas após a análise dos estudos de sondagem do solo e da topografia do terreno.

## **1. ARQUITETURA**

### **1.1 DIRETRIZES DE PROJETO**

#### **1.1.1 RECOMENDAÇÕES GERAIS E REQUISITOS DE DESEMPENHO**

Os requisitos presentes neste documento visam incentivar e balizar o desenvolvimento tecnológico, bem como providenciar orientação para a avaliação técnica de tecnologias construtivas utilizadas em projetos propostos.

A abordagem deste documento explora conceitualmente exigências de desempenho no âmbito da segurança, da habitabilidade e da sustentabilidade. Tais critérios e sua organização categorizada destinam -se a assegurar o conforto, a saúde e a segurança dos usuários da edificação, através de soluções tecnicamente adequadas e independem das técnicas construtivas e materiais aplicados.

## **1.0 – NORMAS APLICÁVEIS**

O presente projeto deverá atender às normas vigentes da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dentre as mais relevantes e que nortearam o serviço de desenvolvimento deste projeto de arquitetura, destacam -se:

ABNT NBR 9050/2020 – Acessibilidade a Edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos;

ABNT NBR 6492 – Representação de Projetos de

Arquitetura; ABNT NBR 13532 – Elaboração de Projetos de Edificações;

ABNT NBR 16636 – Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos;

PORTARIA MCID nº 1416 /2023 e seus anexos;

É essencial que o projeto siga também o Código de Obras e Edificações do município de Chapada dos Guimarães – MT, além das diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida, Normas Técnicas do Ministério das Cidades, e regulamentos complementares exigidos CONFORME ANEXOS

## **2.0 – SEGURANÇA**

O Desempenho estrutural da edificação deve ser avaliado do ponto de vista da segurança, ou seja, do estado limite último, e do ponto de vista da utilização, ou seja, do estado limite de serviço, considerando -se o deslocamento dos



elementos, fissuração e demais falhas que possam comprometer outras exigências, tais como, estanqueidade à água e durabilidade. Para isso, devem ser consideradas as ações de caráter permanente passíveis de atuar na edificação, conforme a ABNT e legislações do Corpo de Bombeiros do estado de Mato Grosso. Considerando que a segurança está associada à probabilidade de risco de ocorrência de determinados eventos que proporcionam perigo às pessoas e aos bens, percebe -se que ela pode ser obtida por meio da isenção desses riscos. Dessa forma, pode -se entender a segurança contra incêndio como o conjunto de vários níveis de proteção contra tais riscos.

Pode -se considerar que as categorias básicas de riscos associados ao incêndio resumem - se em: risco de início de incêndio; risco do crescimento do incêndio; risco da propagação do incêndio; risco à vida humana e risco à propriedade. O nível de segurança contra incêndio obtido para uma edificação está diretamente ligado ao controle das categorias de risco, tanto no processo produtivo dessa edificação como na sua utilização.

A segurança no uso e na operação dos sistemas e componentes da edificação deve ser considerada em projeto, especialmente as que dizem respeito a agentes agressivos a integridade dos usuários (exemplo: proteção contra queimaduras e pontos e bordas perfurantes e/ou cortantes).

### **3.0 – HABITABILIDADE**

**ESTANQUEIDADE:** A água é o principal agente de degradação de um amplo grupo de materiais de construção, acelerando os mecanismos de deterioração e acarretando a perda das condições de habitabilidade e de higiene do ambiente. Ela encontra -se presente no solo, na atmosfera, bem como nos procedimentos de higiene da edificação, ou seja, em permanente contato com alguns dos seus elementos ou sistemas. Por isso, o adequado controle da umidade em uma edificação ou sistema é indispensável para evitar manifestações patológicas que impactam em sua vida útil. Portanto, a exposição à água de chuva, à umidade proveniente do solo e àquela proveniente do uso da edificação escolar devem ser consideradas em projeto.

**FUNCIONALIDADE E ACESSIBILIDADE:** Este requisito é de extrema importância ao funcionamento da edificação e se relaciona diretamente ao dimensionamento correto dos ambientes, considerando a disponibilidade mínima de espaços para o bom uso e operação da edificação. Consideram -se também, neste requisito, aspectos sobre o dimensionamento e a adequação:

- Entrada de Energia Definitiva;
- Rede de alimentação local de água potável;
- Interligação e destinação de efluentes tratados;



- Interligação da drenagem de águas pluvial;

É importante que o dimensionamento da rede de abastecimento de água e de coleta de esgoto da edificação seja cuidadosamente realizado, levando -se em consideração o número de usuários, o regime de abastecimento de água da unidade, bem como o sistema público de coleta de esgoto disponível no município. Tais análises embasam a escolha de reservatórios de água potável, bem como de fossas sépticas.

Quanto às instalações elétricas, deve ser considerada a quantidade e o tipo de aparelhos e equipamentos eletrodomésticos previstos para uso cotidiano nas residências (como geladeiras, televisores, ventiladores, fornos elétricos, micro -ondas, máquina de lavar, entre outros), bem como a demanda de carga associada a cada um.

#### **4.0 – SUSTENTABILIDADE**

**DURABILIDADE E MANUTENIBILIDADE:** A durabilidade das Unidades habitacionais e de seus sistemas construtivos é um requisito essencial para garantir a viabilidade econômica e a longevidade do investimento público, especialmente no contexto do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB -50. A vida útil das edificações, compreendida como o intervalo entre o início do uso e a perda de desempenho aceitável, deve ser maximizada por meio da escolha de materiais adequados, soluções construtivas compatíveis com o clima local e estratégias que reduzam os impactos do envelhecimento natural das construções. A manutenibilidade das unidades também deve ser priorizada, por meio do uso de sistemas e componentes que permitam fácil acesso, substituição ou reparo, assegurando que a manutenção possa ser realizada com recursos e procedimentos acessíveis à população beneficiária. Fatores como qualidade na execução, orientação correta para uso e manutenção, além da resistência dos materiais frente a condições ambientais adversas, devem ser cuidadosamente considerados no projeto, a fim de garantir desempenho adequado, conforto e segurança aos moradores ao longo do tempo.

**ADEQUAÇÃO AMBIENTAL:** As unidades habitacionais devem ser planejadas e executadas de modo a causar o menor impacto possível ao meio ambiente local. A infraestrutura associada (como vias de acesso, redes de drenagem, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, energia elétrica, gás, e sistemas de comunicação) deve ser concebida com base em práticas sustentáveis e seguras, de forma a evitar riscos como erosões, enchentes, contaminação do solo ou lençol freático, deslizamentos e descarte inadequado de resíduos. A escolha do local para implantação deve considerar a estabilidade geotécnica do terreno e a preservação dos recursos hídricos e

vegetação nativa. Além disso, a utilização racional dos recursos naturais deve ser priorizada em todas as etapas da obra, com o uso de materiais de menor impacto ambiental e soluções que promovam a economia de energia,

água e insumos. O projeto deve adotar estratégias que estimulem a sustentabilidade ambiental, social e econômica, visando à melhoria da qualidade de vida dos moradores e à preservação do ecossistema local.

### **5.0 – IMPLANTAÇÃO**

Deve-se considerar que a implantação adequada influencia diretamente a funcionalidade, o conforto e a eficiência operacional do conjunto habitacional. O partido arquitetônico adotado deve favorecer a boa orientação solar, ventilação cruzada, acessibilidade e integração entre os espaços comuns e privados, promovendo bem-estar aos moradores e facilitando ações de manutenção e gestão dos serviços urbanos básicos. A disposição das unidades deve também garantir segurança, fluidez no deslocamento e convivência harmoniosa entre os moradores, respeitando as condicionantes do terreno, topografia e entorno imediato.

### **6.0 – PARTIDO ARQUITETÔNICO E PROGRAMA DE NECESSIDADES**

O partido arquitetônico das 25 unidades habitacionais previstas no Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS SUB -50 deve ser desenvolvido com clareza, precisão e funcionalidade, contemplando todos os elementos técnicos, construtivos e espaciais necessários à plena caracterização dos serviços e fornecimentos a serem contratados. O programa de necessidades deve considerar ambientes essenciais à moradia digna, tais como sala de estar/jantar, dois dormitórios, cozinha, banheiro, área de serviço e circulação, respeitando a área mínima construída de 53,86 m<sup>2</sup> por unidade. As unidades devem ainda prever infraestrutura completa para instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas, compatíveis com o padrão de moradia proposto, além de soluções passivas para eficiência energética e conforto ambiental.

### **7.0 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Poderão advir alterações no empreendimento em função da legislação ou normas das companhias concessionárias. Todos os serviços deverão ser acompanhados por Arquiteto habilitado e registrado no CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou Engenheiro habilitado e registrado no CREA - Conselho de Engenharia, e Agronomia.

### **8.0 – ESTRUTURA**

## 8.1 Generalidades

Este memorial descritivo tem por objetivo descrever de forma sucinta os materiais e a forma que será realizada a obra de edificação residencial do programa FNHIS Sub 50, com área total de 53,86 m<sup>2</sup> por unidade.

## 8.3 Serviços Preliminares

O lote onde será edificada a unidade habitacional deverá ser limpo e nivelado antes do início dos serviços de locação, atendendo os níveis de piso determinados em projeto. A seguir a obra será locada conforme determinado nas plantas. 3. Fundações A fundação a ser executada será tipo radier.

## 8.4. Superestrutura

A superestrutura será de concreto armado, sendo os pilares de dimensões 14 x 26 cm e as vigas do nível 2,85 com dimensões 12 x 25 cm. Todo concreto da superestrutura será de 20 Mpa. Deverão ser previstos pilaretes de amarração da alvenaria destinada aos oitões da casa. A laje do teto do banheiro será rebaixada conforme cota do projeto e será do tipo vigotas pré-moldadas h = 12cm, com pé direito mínimo de 2,40 m nesta área.

## 8.5. Alvenaria

As paredes da edificação serão de alvenaria de bloco cerâmico ou de concreto não estrutural, dimensões 9 x 19 x 19 cm, posicionados com argamassa de assentamento com preparo em betoneira. Antes de serem utilizados, os tijolos serão umedecidos, evitando que estes absorvam a água da argamassa de assentamento. As fiadas serão alinhadas e aprumadas, podendo as juntas apresentarem espessura máxima de 1,5 cm. Nos vãos das portas e janelas serão executadas vergas transpassando a alvenaria em no mínimo 20 cm para cada lado. As contravergas serão executadas em todas as janelas.

## 8.6. Piso

Em todos os cômodos será executado o assentamento do piso com revestimento cerâmico.

## 8.7. Forro

O forro da edificação será em PVC.

## 8.8. Cobertura

A cobertura será com estrutura de madeira tratada com pintura imunizante compostas por ripas, caibros e terças com 2 águas e telha cerâmica capa-



canal com inclinação de 30%. Deverá ser realizada a amarração de 3 fiadas de telhas dos beirais.

### **8.9. Revestimento**

As paredes internas e externas da edificação receberão revestimento de chapisco, emboço e reboco. As paredes dos banheiros receberão revestimento cerâmico do piso ao forro na área do box de chuveiro. As demais paredes do banheiro, assim como a da cozinha e lavanderia receberão revestimento cerâmico com 1,5 de altura. Nas áreas com revestimento cerâmico, será executada argamassa traço 1:2:8, com preparo mecânico, aplicado manualmente. As paredes externas, sobre chapisco, serão feitas com massa única em argamassa com traço 1:2:8, acrescida de faixa impermeável de 60 cm de altura.

### **8.10. Esquadrias**

As portas externas, de acesso à sala e cozinha, serão metálicas. As portas internas da edificação serão de madeira. Todas as portas deverão respeitar as dimensões do projeto. As janelas deverão ser metálicas, de preferência com veneziana nos dormitórios nas regiões em que predominam esta solução. Os vidros utilizados nas janelas serão transparentes e lisos, com espessura de no mínimo 4 mm.

### **8.11. Pintura**

As paredes internas e externas serão previamente lixadas, após será aplicado selador acrílico, em seguida pintadas com tinta acrílica. Serão aplicadas tantas demãos de tinta quantas forem necessárias para um perfeito cobrimento e acabamento adequado.

### **8.12. Instalações Hidrossanitárias**

Para atender a demanda de consumo de água fria conforme cálculo, será instalado um reservatório de fibra de vidro com capacidade de 500L para cada unidade. As tubulações de esgoto seguirão o sistema proposto pelo projeto de instalações hidráulicas. Haverá um conjunto de tratamento de esgoto para cada unidade.

### **8.13. Instalações Elétricas**

As instalações elétricas obedecerão às normas da ABNT e a concessionária de energia. Os quadros de distribuição internos possuirão circuitos separados, sendo estes divididos entre iluminação, tomadas, tomadas especiais e chuveiro.

### **8.14. Serviços Finais**

Após a conclusão dos serviços, a obra será limpa, os entulhos totalmente removidos, em perfeitas condições para receber o Habite-se.

## **9.0 – CONCLUSÃO**

O presente documento orienta a concepção e execução das unidades habitacionais do município de Chapada dos Guimarães – MT, assegurando que a obra atenda aos critérios de eficiência, inovação tecnológica, sustentabilidade e habitabilidade.

Todos os serviços deverão ser acompanhados por profissional habilitado no CREA ou CAU, garantindo a conformidade técnica e legal.

## **ANEXO IV MATRIZ DE RISCO**

**TIPO DE PROJETO:** Habitação unifamiliar  
(20 unidades) **ÁREA TOTAL A CONSTRUIR:**  
53,86 m<sup>2</sup> por unidade **ÁREA ÚTIL A  
CONSTRUIR:** 47,56 m<sup>2</sup> por unidade

### **1. RISCOS DE PROJETOS**

<b>RISCO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>MITIGAÇÃO</b>
Inadequação do projeto	Soluções ineficazes geram má execução ou custos extras	Contratada	Responsabilidade técnica total; fiscalização e cláusulas de sanção
Projetos com exigências ambientais	Projetos condicionados a licenças ambientais específicas	Contratada	Entrega de relatórios ambientais atualizados
Atraso na entrega do projeto	Entrega fora do prazo previsto no contrato	Contratada	Penalidades contratuais; revisão contratual permitida
Atraso na aprovação do projeto	Atraso na análise sem culpa da contratada	Contratante	Fiscalização e cronograma de tramitação nos órgãos públicos
Modificação do escopo pela administração	Alterações de projeto com impacto no contrato	Contratante	Termo aditivo com compensações e prorrogação
Erro na estimativa de prazo	Cronograma subestimado gera atrasos	Contratante	Aditivo contratual para ajuste de prazo

Falhas de compatibilização	Interferência entre disciplinas de projeto	Contratada	Reanálise técnica e integração via BIM
Projeto	Descumprimento das diretrizes especificadas no anteprojeto	Contratada	Reapresentação de projetos e/ou aplicação de sanção administrativa prevista em contrato.
Projeto	Apresentação de metodologia construtiva alternativa à prevista no anteprojeto ou alteração do projeto e/ou especificações, por solicitação da Contratada	Contratada	Solução técnica por conta da contratada, desde que previamente apresentada à Contratante, e em conformidade com o resultado técnico e econômico anteriormente proposto. Toda e qualquer alteração proposta, ou divergência em relação ao anteprojeto de engenharia/arquitetura, deve ser comunicada à fiscalização, mediante formalização acompanhada da identificação de evidências. Será aceita somente após a aceitação da fiscalização.
Projeto	Necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do	Contratante	Adequada definição, pela Contratante, das premissas de projeto e do Programa. Análise periódica com a Contratante para fins de monitoramento e controle do escopo. Remuneração do serviço alterado, previamente aprovado pela



	contratado.		Contratante, por meio de termo aditivo específico.
Projeto	Atraso na entrega dos projetos por ação ou omissão da Contratada	Contratada	Monitoramento e controle constante do processo de elaboração do projeto; Aplicação de sanção administrativa prevista em contrato, no caso de ocorrência de atraso.
Projeto	Projeto Básico reapresentado sem todos os ajustes apontados pela fiscalização no parecer de verificação	Contratada	Aplicação de sanção administrativa prevista em contrato, no caso de ocorrência de não cumprimento do prazo para conclusão do Projeto Básico
Projeto	Projeto Executivo das diferentes disciplinas reapresentadas sem todos os	Contratada	Aplicação de sanção administrativa prevista em contrato, no caso de

	ajustes apontados pela fiscalização no parecer de verificação		ocorrência de não cumprimento do prazo previsto no cronograma físico-financeiro para início da etapa relativa à disciplina do Projeto Executivo reapresentado.
Projeto	Atraso injustificado da Contratante na análise/aprovação dos projetos, sem que haja culpa da Contratada.	Contratante	Monitoramento do prazo de entrega dos projetos por parte da fiscalização do contrato; Equipe dedicada pela Contratante para análise/aceitação de projeto; Prorrogação de prazo, com processo previamente aprovado pela Contratante, mediante processo formal.
Projeto	Adição/supressão de serviços e elementos previstos para o empreendimento, desde que mantenham objetivo final, funcionalidade e atendimento a legislações pertinentes.	Contratada	Solução técnica por conta da contratada, desde que previamente apresentada à Contratante, e em conformidade com o resultado técnico e econômico anteriormente proposto. Toda e qualquer alteração proposta, ou divergência em relação ao anteprojeto de engenharia/arquitetura, deve ser comunicada à fiscalização, mediante formalização acompanhada da identificação de evidências.

## 2. RISCOS GEOTÉCNICOS

<b>RISCO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>MITIGAÇÃO</b>
Acréscimo em volume de escavação	Solo exige mudanças técnicas	Contratada	Estudos prévios e responsabilidade total
Alteração nas fundações	Solução de fundação mais complexa do que previsto	Contratada	Técnica definida conforme sondagem,

## 3. RISCOS DE INFRAESTRUTURA

<b>RISCO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>MITIGAÇÃO</b>
Mudança no cronograma físico-financeiro	Técnica ou logística mal estimada	Contratada	Caminho crítico, cronograma detalhado
Roubos/furtos de equipamentos	Perdas de materiais e atraso	Contratada	Segurança privada, seguro e vigilância
Greves e manifestações externas	Interrupções por fatores externos	Compartilhado	Plano de contingência e negociação
Custos trabalhistas não previstos	Aumento por encargos ou convenções	Contratada	Planejamento financeiro, gestão de contratos
Falhas na obra (retrabalho)	Erros de execução, recalque, erosão	Contratada	Seguro de engenharia, fiscalização intensiva
Obsolescência técnica	Tecnologias fora do padrão mínimo	Contratada	Avaliação de viabilidade técnica no anteprojeto



Acidentes graves	Quedas, desabamentos ou acidentes letais	Contratada	Aplicação rigorosa da NR-18, plano de segurança
Quebra de equipamentos	Paralisação por falha mecânica	Contratada	Manutenção preventiva e corretiva
Atos de vandalismo	Danos causados por terceiros ou pessoal	Contratada	Vigilância, controle de acesso e seguro
	Desorganização e não cumprimento do cronograma	Contratada	Penalidades contratuais, plano

#### 4. RISCOS ECONÔMICOS FINANCEIROS.

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Inflação	Defasagem dos valores do contrato	Contratante	Reajuste por índice pactuado
Alta de insumos	Oscilações além do reajuste contratual	Contratante	Cláusula de revisão extraordinária
Juros elevados	Mudança em estruturas de financiamento	Contratada	Garantia de financiamento como exigência
Inadimplência do contratante	Falta de repasse pode paralisar a obra	Contratante	Suspensão dos serviços após 90 dias, atualização monetária
Liquidez da contratada	Falta de capital da empresa ou subcontratada	Contratada	Exigência de garantias contratuais e análise prévia
Restrição orçamentária do contratante	Suspensão por corte no orçamento público	Contratante	Prorrogação contratual e reequilíbrio financeiro

#### 5. RISCOS AMBIENTAIS

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Eventos climáticos	Chuvas ou desastres naturais	Compartilhado	Planejamento de obra em época seca, frentes alternativas
Passivo ambiental anterior	Contaminações anteriores ao contrato	Contratante	Reprogramação contratual e projeto de remediação
Passivo ambiental da obra	Danos causados pela execução	Contratada	Plano de mitigação, responsabilização e seguro

#### 6. RISCOS LEGAIS

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Ações judiciais por Litígios por danos		Contratada	Seguro de responsabilidade

terceiros	durante a obra		civil, cláusulas específicas
Mudanças legislativas	Alterações normativas com impacto	Contratante	Reequilíbrio financeiro por fato do príncipe
Mudanças tributárias (exceto IR/CSLL)	Alterações que impactam a carga tributária	Contratante	Aditivo de equilíbrio econômico-financeiro
Alterações em IR/CSLL	Tributos sobre lucro líquido	Contratada	Risco assumido pela contratada

#### 7. RISCOS DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL.

<b>RISCO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>MITIGAÇÃO</b>
Intervenção por descumprimento	Infrações contratuais graves	Contratada	Penalidades progressivas e intervenção formal
Rescisão consensual	Fim do contrato por comum acordo	Ambas as partes	Cláusula de indenização e compensação

## 8. INTERFERÊNCIAS / INTERLIGAÇÕES

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Interferências não previstas	Modificação dos serviços em razão de interferências físicas ou cadastrais não detectadas	Contratante	Análise prévia e termo aditivo específico com remuneração
Interferências previstas	Serviços afetados por redes conhecidas	Contratada	Ajuste técnico com aprovação prévia da contratante

## 9. EMBARGOS

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Cassação de posse da área	Suspensão do acesso à área da obra	Contratante	Prorrogação de prazo mediante processo formal aprovado

## 10. DESCOBERTAS ARQUEOLÓGICAS

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Descoberta de sítios arqueológicos	Impacto nas escavações e paralisação	Contratante	Suspensão do prazo e ajuste contratual mediante laudo técnico

## 11. DOCUMENTAÇÃO E LICENCIAMENTO

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Atraso na liberação de licenças	Documentos, alvarás e outorgas não obtidos a tempo	Contratante / Contratada	Gestão compartilhada e prorrogação de prazo com justificativa
Atraso na ordem de serviço	Liberação ou alteração de ritmo da obra	Contratante	Planejamento antecipado e termo aditivo com compensação

## 12. LOCAÇÃO DE OBRA

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Locação em desacordo com projeto	Execução fora do traçado previsto	Contratada	Ajuste imediato e aplicação de sanções

## 13. INVASÕES / DESAPROPRIAÇÕES

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Ocupação da área antes da obra	Impede o início da execução	Contratante	Prorrogação do prazo e desocupação formal



Invasão durante a obra	Ocupação indevida das unidades ou da obra	Contratada	Plano de segurança e controle de acesso
------------------------	---	------------	---

#### 14. CRONOGRAMA DE CONCESSIONÁRIAS

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Atraso na entrega de redes externas	Água, esgoto ou energia não instalados a tempo	Contratante	Acompanhamento e prorrogação via termo aditivo

#### 15. SEGURANÇA DO TRABALHO

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Acidentes e falta de EPI	Ocorrência de acidentes graves	Contratada	NR-18, plano de capacitação e fiscalização contínua

#### 16. RESPONSABILIDADE CIVIL COM TERCEIROS

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Danos causados a terceiros	Quedas, acidentes ou prejuízos em vizinhança	Contratada	Seguro de responsabilidade civil e cláusulas específicas

#### 17. GREVES E FORÇA MAIOR

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Greve geral ou de setores	Caminhoneiros ou cadeia de suprimentos	Compartilhado	Prorrogação de prazo mediante justificativa técnica
Greve interna da contratada	Paralisação do canteiro	Contratada	Penalidade contratual e plano emergencial

#### 18. GESTÃO CONTRATUAL

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Administração ineficiente da obra	Atraso por falhas de gestão	Contratada	Apresentação de plano de recuperação e penalidades
Custo da obra subestimado	Orçamento incorreto ou incompleto	Contratada	Elaboração por metodologia BIM e revisão técnica

#### 19. “AS BUILT” E ENTREGA

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
“As built” divergente	Divergência entre projeto final e executado	Contratada	Conferência rigorosa e não liberação da última parcela

Falta do manual do proprietário	Manual técnico não entregue	Contratada	Entrega obrigatória como condição final de medição
---------------------------------	-----------------------------	------------	--

## 20. ENCARGOS TRABALHISTAS E FISCAIS

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Inadimplência trabalhista	Não pagamento de encargos legais	Contratada	Exigência de certidões e retenção de pagamento em caso de irregularidade

## 21. DOCUMENTAÇÃO FINAL

RISCO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO
Falta de documentação para entrega	Ausência de Habite-se ou termos de recebimento	Contratada	Não liberação da última medição enquanto não entregue

**ANEXO V**  
**MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA**

(Papel timbrado da empresa)

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE  
CONTRATAÇÃO E DEMAIS MEMBROS DA  
COMISSÃO DE APOIO PREFEITURA MUNICIPAL  
CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº       /2026.**

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

**Licitante:** \_\_\_\_\_

**C.N.P.J.:** \_\_\_\_\_

**Tel. Fax:** ( ) \_\_\_\_\_ **E-mail:** \_\_\_\_\_ **Tel. Celular:** ( ) \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Conta Corrente:** \_\_\_\_\_ **Agência:** \_\_\_\_\_ **Banco:** \_\_\_\_\_

Apresentamos e submetemos à apreciação dos Senhores nossa proposta de preços relativa a **CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS NO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, VINCULADA AO PROGRAMA FNHIS SUB 50, DO MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SOB O TERMO DE COMPROMISSO Nº 987203/2025/MCIDADES/CAIXA.**

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	PREÇO GLOBAL
VALOR TOTAL			R\$



Preço global total e por extenso:..... ( ..... )

- a). O prazo de execução dos serviços é de ..... ( ..... ) meses, a contar do recebimento da ordem de início dos serviços. Assumimos inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificado na preparação desta;
- b). Manteremos válida a proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da sua apresentação;
- c). Utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica e administrativa que forem necessárias para a perfeita execução da obra, comprometendo-nos desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e de pessoal desde que assim o exija a fiscalização;
- d). Na execução da obra, observaremos, rigorosamente, as especificações das Normas Técnicas Brasileiras, ou similares que permitam a obtenção de igual qualidade, bem como as recomendações e instruções da fiscalização assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as Especificações, Normas e Padrões estabelecidos.

**Deverá estar incluso na proposta:**

Também deverão ser enviadas/anexadas no sistema as planilhas abaixo relacionadas, assinadas pelo responsável técnico indicado pelo licitante, nos moldes e observada a ordem estabelecida pela Administração:

- a). Planilha de preços detalhada (com todas as composições de custo);
- b). Composições de preços de todos os itens da planilha;
- c). Composição detalhada BDI;
- d). Cronograma físico-financeiro.

A Planilha Orçamentária e o Cronograma físico-financeiro com valores unitários, totais, seguindo o modelo da planilha estimativa do órgão, **deverão** estar devidamente assinada e carimbada pelo representante legal ou preposto da empresa e pelo engenheiro responsável.

**OBS: Incluir como anexo à composição do BDI**, observando que a alíquota de ISS praticada no âmbito **municipal é de 1,4%**.

**OBS.:** em casos em que a alíquota será diferente, de acordo com o enquadramento da empresa, apresentar o cálculo.

Validade da Proposta: 60

(sessenta) dias. Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do representante legal sob carimbo.  
CNPJ da empresa

## ANEXO VI

### MINUTA DE CONTRATO CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 003/2026

#### CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA

.....  
, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE  
CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT E  
A EMPRESA  
.....

**O MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, ESTADO DO MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede administrativa na Rua Tiradentes, n. 166, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **OSMAR FRONER DE MELLO**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**; e a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF nº

..... e Insc. Estadual nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., cidade de ....., neste ato representada por ....., doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, declarada empresa vencedora da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026**, realizada pelo Município, resolvem de comum acordo, por esta e na melhor forma de direito, e em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021 celebram o presente contrato segundo as cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO**

**1.1 O presente contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, VINCULADA AO PROGRAMA FNHIS SUB 50, DO MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SOB O TERMO DE COMPROMISSO Nº 987203/2025/MCIDADES/CAIXA.**

**1.1.** Este instrumento contratual vincula-se ao Edital e seus anexos da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026**, Planilha Orçamentária,



Cronograma físico-financeiro e Proposta de Preços apresentados pela empresa vencedora na licitação, independentemente de transcrição.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO**

2.1. O objeto do presente contrato será executado em regime de execução indireta, empreitada por preço global, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021;

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

3.1. O objeto do presente contrato será executado em regime **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**,

nos termos do art. 46, inciso V da Lei Federal nº. 14.133/2021;

## **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

4.1. O prazo para execução total da obra será de **545 (quatrocentos e oitenta cinco) dias**, contados a partir da data de expedição da primeira Ordem de Serviço, que será expedida pela contratante.

4.2. O prazo para execução dos projetos será de **60 (sessenta) dias**;

4.3. O prazo de execução será de **465 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados da assinatura do presente contrato.

4.4. O prazo de execução caracteriza a entrega dos serviços totalmente aprovados pela fiscalização, desta forma qualquer correção deverá ser feita dentro do prazo de execução.

**4.4. O prazo do contrato resultante desta licitação terá como termo inicial de vigência a data da sua assinatura e vigorará pelo prazo estipulado de 545 (quinhentos e quarenta cinco) dias.**

4.5. Toda solicitação de prorrogação de prazo de execução deverá ser efetivada no período de execução do contrato, e ser previamente autorizada pelo contratante.

4.6. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, não imputado às partes, o prazo de execução será prorrogado automaticamente por igual período.

4.7. No caso de prorrogação de prazo de execução, deverá ser elaborado novo cronograma físico-financeiro pelo contratado, com as alterações necessárias, incluindo-se as parcelas faturadas e a faturar, a fim de ser submetido à aprovação pelo contratante. Deverá ser apresentada a justificativa e a autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, além de ser formalizada nos autos do processo administrativo.

4.8. A prorrogação de vigência contratual será admitida nos termos do art. 111 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, visto que trata-se de

contratação por escopo, cujos prazos de vigência poderão ser automaticamente prorrogados até a conclusão do objeto, desde que não tenha havido culpa do contratado e que a Administração reconheça a necessidade de prorrogação para o cumprimento integral das obrigações assumidas. A prorrogação ocorrerá mediante justificativa formal e registro nos autos do processo administrativo, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a vinculação ao projeto aprovado e à dotação orçamentária vigente. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

**4.8.1.** O contratado será constituído em mora, aplicando-se as respectivas sanções administrativas;

**4.8.2.** A Administração poderá optar pela extinção do contrato, mas somente após adotar todas as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

**5.1.** O valor global do presente instrumento contratual é de **R\$ .....** (.....).

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

**6.1.** Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias de, condicionados à apresentações das medições devidamente assinada pelo responsável do Departamento de Engenharia desta Prefeitura Municipal, e mediante Nota Fiscal devidamente atestada por um servidor responsável designado para atuar como fiscal de Contrato pela Administração Municipal.

**6.1.1.** Os pagamentos correspondentes ao objeto contratado serão efetuados conforme disponibilidade financeira do órgão, com base o andamento dos serviços, através de medições mensais realizadas pela Prefeitura e mediante apresentação da documentação fiscal, devidamente atestada pela administração.

**6.2.** Pagamentos referente a fase de elaboração de Projetos, serão realizados considerando os seguintes percentuais:

**a).** Estudo preliminar: 20% (vinte por cento)

**b).** Projeto Básico: 40% (quarenta por cento)



c). Projeto executivo: 25% (vinte e cinco por cento)

d). Detalhamento, Memorial Descritivo e Relação de Materiais: 15% (quinze por cento)

**6.3.** Pagamento referente a fase de execução das obras, serão realizados por etapas de serviços executados, de acordo com as medições realizadas, neste processo licitatório, não admitindo-se em hipótese nenhuma, o pagamento de materiais entregues na obra.

**6.3.1.** A medição deverá ser apresentada conforme etapas previstas no cronograma físico-financeiro da empresa, aprovado pelo Município, e com base nos serviços realizados, cujo percentual deverá ser no mínimo igual ao constante do cronograma. **A medição deverá ser apresentada a cada 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

**6.4.** Quando aplicável, a medição não será processada se a ela não estiver anexado um relatório de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado. Não será motivo de medição em separado: mão-de-obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos.

**6.5.** A medição de cada serviço ocorrerá conforme as respectivas unidades previstas na planilha orçamentária do contrato (m, m<sup>3</sup>, m<sup>2</sup>, ton, unidade etc.) e de acordo com o regime da contratação.

**6.6.** Se o percentual dos serviços previstos numa parcela mensal do cronograma físico-financeiro não for totalmente executado, o contratado será advertido e deverá apresentar novo cronograma, mantendo-se o prazo de conclusão inicialmente estabelecido para a obra.

**6.7.** Sendo necessária a reprogramação do cronograma físico-financeiro, o contratado deverá apresentar justificativa formal sobre o atraso e caso essa não seja aceita pela fiscalização, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no contrato. A reprogramação só deverá acontecer caso o atraso não seja atribuído exclusivamente à Contratada.

**6.8.** No caso de medição por etapas/marcos de execução, se a execução de uma unidade de medida do cronograma estiver atrasada, esse somente será considerado atendido quando os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos na etapa atual do cronograma, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas previstas para a etapa em andamento, a critério da fiscalização.

**6.9.** O pagamento da Administração Local da Obra (ALO) deverá ser proporcional ao executado no mês.

**6.10.** Antes do fechamento da medição, o Município terá até 5 (cinco) dias úteis para analisar a medição apresentada. Em caso de erro na medição, o Município informará a contratada, dentro do período de análise, para que a



mesma efetue as devidas correções e apresente a nova medição corrigida.

**6.10.1.** O devido fechamento da medição deverá ser efetivado entre a contratada e a Fiscalização do Município.

**6.11.** Após o fechamento e aprovação da medição, o Município autorizará a contratada a emitir a Nota Fiscal, que deverá ser encaminhada para pagamento juntamente com a medição e o relatório fotográfico dos serviços executados no período, endereçando-a ao Departamento de Engenharia.

**6.11.1.** A contratada deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Trabalhista, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal.

**6.11.2.** A apresentação das certidões, acima mencionadas, é de responsabilidade da contratada;

**6.11.3.** A validade das certidões deverá ser correspondente à época da programação de pagamento, devendo a contratada ficar responsável pela conferência de tal validade.

**6.12.** No ato do pagamento da 1ª (primeira) parcela, a contratada deverá apresentar o comprovante de matrícula da Obra junto ao INSS.

**6.12.1.** Será de responsabilidade da empresa Contratada a Inscrição no Cadastro Nacional de Obras (CNO), devendo efetuar a inscrição no prazo máximo de 30 dias do início de sua atividade conforme art. 17 Inciso II c/c art. 27, Inciso X da Instrução Normativa da RFB nº. 2110/2022.

**6.13.** A contratante, aplicará o disposto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº. 1234/2012 com alterações pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº. 2145/2023 para fins de retenção de imposto de renda nos pagamentos efetuados a contratada, conforme regulamentação prevista pelo Decreto Municipal nº. 044/2023.

**6.13.1.** As alíquotas a serem aplicadas na retenção serão as descritas no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal nº. 1234/2012, definidas conforme o bem fornecido ou serviço prestado constante do objeto da presente licitação.

**6.14.** O contratante pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) somente à contratada, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

**6.15.** A empresa Contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

**6.16.** A Fiscalização da Prefeitura somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela contratada,

todas as condições pactuadas.

**6.16.1.** Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

**6.17.** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

**6.18.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**6.19.** Em hipótese alguma, haverá pagamento antecipado;

**6.20.** O pagamento referente a última medição ficará condicionada à entrega do documento comprobatório de solicitação de encerramento da matrícula CNO.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIRO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**7.1.** As despesas decorrentes desta licitação serão suportadas pelos recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, para os exercícios 2026, especificamente sobre a seguinte rubrica orçamentária:

##### **Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento:**

**7.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DE VALORES, REAJUSTE E REEQUILIBRIO**

**8.1.** Considerando o regime de execução do presente contrato ser contratação integrada, nos termos do art. 133 da Lei Federal nº. 14.133/2021 é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

**8.1.1.** Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

**8.1.2.** Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no [art. 125 desta Lei](#);



**8.1.3.** Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

## **8.2. DO REAJUSTE:**

**8.2.1.** O preço contratado dos serviços permanecerá fixo e irrevogável durante doze meses, contados da assinatura do Contrato, sendo após este prazo poderá ser revisto com base na legislação atinente ao caso.

**8.2.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC DI/FGV, sobre o saldo remanescente dos serviços, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

$$SR = S$$

$$(i_{12}/i_0) R =$$

$$SR=S$$

Sendo:

$i_{12}$  = índice INCC-DI/FGV do 12º mês após proposta.  $i_0$  = índice INCC-DI/FGV do mês da proposta.

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês da proposta. SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

**8.2.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.2.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**8.2.3.1.** Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**8.2.4.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**8.2.5.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.2.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



**8.2.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**8.3. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

**8.3.1.** O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por meio de termo aditivo e, quando em favor do contratado, dependerá de prévia solicitação e demonstração de que a(s) ocorrência(s) inviabiliza(m) a execução do contrato nos termos inicialmente ajustados, por meio de documentos que demonstrem, conforme o caso:

**8.3.1.1.** A situação caracterizadora do desequilíbrio e seus impactos diretos e indiretos na contratação;

**8.3.1.2.** As características da proposta apresentada pelo contratado na licitação em relação à prática de mercado da época, inclusive eventuais percentuais de descontos ofertados à Administração, a fim de se verificar o equilíbrio inicial da avença;

**8.3.1.3.** A atual situação caracterizadora do desequilíbrio, através de planilha de formação dos preços e o seu comparativo com o praticado no mercado;

**8.3.1.4.** Que, no cálculo do reequilíbrio, estão sendo consideradas as vantagens oferecidas à Administração ao tempo da celebração do contrato, como descontos de preços ou outros ajustes; e

**8.3.1.5.** Que a avaliação do desequilíbrio contratual considera todos os itens de custos do contratado, tanto os que tiveram seus preços majorados, quanto os que tiveram seus preços minorados, para fins de aferição de seu equilíbrio geral em relação ao inicialmente pactuado.

**8.3.1.6.** A solicitação dependerá de requerimento do contratado e deverá ser protocolada na contratante, descrevendo a justificativa do fato motivador do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**8.3.2.** A necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratante será comunicada previamente ao contratado, de forma devidamente fundamentada e demonstrada nos mesmos termos da cláusula O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por meio de termo aditivo e, quando em favor do contratado, dependerá de prévia solicitação e demonstração de que a(s) ocorrência(s) inviabiliza(m) a execução do contrato nos termos inicialmente ajustados, por meio de documentos que demonstrem, conforme o caso:, deste contrato para a pertinente manifestação e concordância, levando à extinção contratual, sem penalidades, nos casos em que não houver acordo sobre o novo valor.

**8.3.3.** A equação financeira do contrato será estabelecida com relação à data de apresentação da proposta pelo contratado, ou seja, somente variações supervenientes à apresentação da proposta podem ensejar o

pedido de reequilíbrio contratual.

**8.3.4.** O reequilíbrio econômico-financeiro produzirá efeitos apenas em relação às parcelas já prestadas pelo contratado.

**8.3.5.** Nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do contratante, será apresentado ao contratado memória de cálculo com o decréscimo de valor, com proposição de redução do contrato, que deverá ser realizada por acordo entre as partes.

**8.3.6.** Na hipótese de não ser possível o acordo entre as partes, o contrato será rescindido, sem ônus para nenhuma das partes.

**8.3.7.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

#### **8.4. MATRIZ DE RISCOS CONTRATUAIS:**

**8.4.1.** Tendo em vista que a intervenção será no regime de contratação integrada, foi elaborada matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

**8.4.2.** Para definição do nível de risco, foi adotada a seguinte escala, considerando o nível de probabilidade de ocorrência e impacto caso o risco ocorra

### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**9.1.** A CONTRATADA apresentará garantia de execução contratual, correspondente a **5% (cinco) por cento** do valor do contrato, com validade para todo o período de execução dos serviços, devendo ser renovada a cada prorrogação efetiva do contrato.

**9.2.** A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, antes da assinatura da ordem de serviços, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por qualquer modalidade prevista no §1º art. 96, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**9.3.** A não apresentação da garantia no prazo consignado, acarretará a aplicação das penalidades cabíveis.

**9.4.** A liberação dessa garantia ocorrerá somente após o término do contrato e cumprimento de todas as obrigações da contratada e efetivado recebimento definitivo da obra, sendo no prazo de até 30 (trinta) dias.

**9.5.** A validade da garantia, qualquer que seja a escolhida, deverá ser durante a execução do contrato, devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual nos termos do art.96, da Lei Federal nº. 14.133/2021, complementada no caso de acréscimo previsto no art.125 da Lei Federal nº. 14.133/2021.



## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1.** Convocar a licitante vencedora, em conformidade com o Art. 90 da Lei Federal nº. 14.133/2021, para retirar a Nota de Empenho, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação;
- 10.2.** Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital;
- 10.3.** Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
- 10.4.** Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e Contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
- 10.5.** Realizar as retenções de Imposto de Renda referente aos pagamentos a contratada com base nas alíquotas previstas no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº. 1234/2012 ou outra que vier a substituir.
- 10.6.** Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº. 14.133/21, são obrigações do Contratante;
- 10.7.** Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.8.** Atestar notas fiscais e efetuar os pagamentos à Contratada;
- 10.9.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato;
- 10.10.** Proporcionar todas as facilidades à Contratada para o bom andamento dos serviços, bem como a designação e disponibilização eventual de locais que servirão de apoio para guarda de equipamentos e estacionamento de máquinas e veículos.
- 10.11.** Prestar aos funcionários da Contratada as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados e indicar as áreas onde os serviços serão executados, bem como sanar dúvidas a que contribuam para a perfeita execução da obra.
- 10.12.** Acompanhar, conferir e fiscalizar a execução dos serviços objeto do contrato, através de fiscal especialmente designado pelo Contratante, podendo o mesmo receber assessoria de empresa especializada.
- 10.13.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato.
- 10.14.** Analisar e atestar os documentos apresentados pela Contratada,



quando da cobrança pelos serviços prestados em até cinco (05) dias úteis. Caso haja incorreção nos documentos recebidos, os mesmos serão devolvidos à Contratada para as devidas correções. A nova contagem dos prazos para análise, ateste e pagamento recomeçará quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos.

**10.15.** Efetuar os pagamentos devidos.

**10.16.** Avaliar pedidos de aditamento ou supressões na obra, concluindo pelo deferimento ou indeferimento.

**10.17.** Verificar a situação habilitatórias da empresa durante a vigência do contrato.

**10.18.** Fornecer todos os materiais necessários para a realização da obra obedecendo o cronograma físico-financeiro;

**10.19.** Promover o recebimento da obra em cada uma de suas etapas e ao final do total da obra, primeiramente da seguinte forma:

**10.19.1.** De modo provisório mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada;

**10.19.2.** De modo definitivo, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em 90 (noventa) dias após vistoria que comprove a adequação do objeto contratual.

**10.20.** Notificar a Contratada da aceitação definitiva da obra, após a vistoria e recebimento definitivo por parte da Fiscalização da Obra e;

**10.21.** Aplicar as sanções administrativas contratuais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Recebida a Ordem de Serviços para iniciar os serviços referente a execução da obra, a CONTRATADA deverá cumprir com os prazos definidos neste instrumento Contratual, nos projetos, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, e ainda:

**11.1.1.** Compromete-se entregar o objeto licitatório requisitado de acordo com as especificações previstas no Edital e seus anexos, e no contrato, sendo por sua conta e risco as despesas decorrentes do cumprimento do objeto contratual e ainda;

**11.1.2.** Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE, por escrito quando for solicitada através de seu preposto;

**11.1.3.** Cumprir rigorosamente com todas as exigências dispostas no Edital, no Projeto Básico e memorial descritivo;

**11.1.4.** É responsável pela qualidade dos materiais utilizados e serviços realizados, devendo, se ocorrer defeitos, serem corrigidos às próprias expensas;

**11.1.5.** A Contratada deverá manter engenheiro e mestre de obras, de forma exclusiva, durante a execução da obra;

- 11.1.6.** Responsabilizar-se por dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, atuais ou não, sem qualquer direito regressivo em relação a Contratante;
- 11.1.7.** Regularizar perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA- MT ou CONSELHO Regional de Arquitetura - CAU, e outros órgãos, este contrato conforme determina a Lei nº. 5.194 de 21.12.66, resolução do CONFEA nº. 104 de 22.05.70, bem como junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devendo apresentar os comprovantes ao Fiscal designado pelo Contratante;
- 11.1.8.** Cumprir imprerivelmente os prazos estipulados no contrato e no cronograma físico- financeiro;
- 11.1.9.** Ficam sob a exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todas as OBRIGAÇÕES E ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS, E COMERCIAIS inerentes ao objeto desta contratação, bem como a concordância da possibilidade de eventual tributação na fonte de obrigações sociais e tributárias cuja competência seja do Município.
- 11.1.10.** A CONTRATADA responde, por danos causados à CONTRATANTE, ou a terceiros.
- 11.1.11.** A CONTRATADA deverá comunicar formalmente quaisquer alterações provenientes de caso fortuito ou de força maior, que gere fato impeditivo da execução do contrato.
- 11.1.12.** Promover as suas expensas, a sinalização do local da obra, observando, no que couber a legislação vigente, especialmente o CBT - Código Brasileiro de Trânsito, sob pena de responder por omissão, negligência ou dolo;
- 11.1.13.** A contratada se compromete, nos casos de fiança bancária ou seguro garantia, a renovar a garantia de forma proporcional ao remanescente, em momento prévio ao seu vencimento, sob pena de rescisão unilateral do contrato estado em descumprimento parcial dele.
- 11.1.14.** É obrigação da CONTRATADA executar a obra, obedecendo às especificações, itens, subitens, elementos, projetos, desenhos, detalhes, instruções fornecidas pelo Município e condições gerais e específicas do edital e seus ANEXOS.
- 11.1.15.** Constituem obrigações da CONTRATADA providenciar as instalações de canteiro, as instalações provisórias de energia elétrica, de água, esgoto e de comunicação necessárias à execução da obra, bem como os testes dos equipamentos por ela instalados.
- 11.1.16.** Manter no canteiro de obra os maquinários, equipamentos e ferramentas necessários ao desempenho satisfatório dos serviços, conforme listado por ocasião da habilitação na licitação, sob pena de descumprimento



de condições contratuais, com as consequências previstas neste contrato;

**11.1.17.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que se verificarem defeituosos ou incorretos, resultantes da execução da obra;

**11.1.18.** Manter a frente da obra, profissionais qualificados apresentados na fase de habilitação ou outros previamente autorizados pela Contratante e pessoal auxiliar disponível para sua normal e correta execução;

**11.1.19.** Ao término dos serviços diários, deixar os locais sempre limpos e desimpedidos na medida do possível;

**11.1.20.** A CONTRATADA obriga-se a executar toda a construção conforme as exigências normativas da ABNT, ABCP e Código de Obras local bem como pelo estabelecido no memorial, responsabilizando-se ainda:

a). Pela imperfeição e insegurança dos trabalhos executados;

b). Pela falta de solidez nos trabalhos executados mesmo após o término do presente contrato obedecendo às disposições constantes do Código Civil Brasileiro e demais disposições legais aplicáveis;

c). Pela falta de responsabilidade técnica na execução da obra;

d). Pela negligência, imprudência e imperícia caso ocorra;

e). Por acidente de qualquer natureza, com empregados, outras pessoas, veículos, maquinários, aparelhagem e materiais, ocorridos na obra ou em decorrência dela, ficando a seu encargo as indenizações devidas;

f). Por todas as despesas e encargos, de qualquer natureza, com o pessoal de sua contratação, necessário à execução do Contrato, inclusive os encargos de natureza trabalhista, previdenciária (contribuição social), fiscal, de acidentes de trabalho e outros semelhantes, relativos à mão-de obra de sua contratação, utilizada na execução dos serviços, objeto deste Contrato;

**11.1.21.** Responder civil e criminalmente, conforme o caso concreto, por danos que vier a causar a terceiros na execução da obra objeto desta licitação, sejam eles de natureza materiais ou morais, independentemente de terem ocorrido por omissão, negligência, imperícia ou dolo;

**11.1.22.** Não promover nenhuma alteração no projeto, ou na obra propriamente dita, serviços, equipamento e profissionais, sem que haja expressa autorização da Administração por meio dos seus fiscais ou de pessoas com poder para decisão, conforme o caso;

**11.1.23.** Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual corrigido.

**11.1.24.** Manter todas as condições de habilitação durante toda vigência do contrato, especialmente no que diz respeito à regularidade para com a seguridade social - INSS e FGTS.



**11.1.25.** Disponibilizar número de telefone móvel e fixo e de troca de mensagens que possibilite contato imediato entre a Contratante e o preposto da Contratada, de forma permanente, no período não abrangido pela jornada de trabalho da equipe residente, incluindo dias não úteis, para atendimento de situações de emergência.

**11.1.26.** Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes, inclusive realizar o fornecimento e garantir o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, conforme constatada a sua necessidade.

**11.1.27.** Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade, inclusive de ordem funcional, constatada durante a execução dos serviços, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providências por parte do Contratante, especialmente se representar risco para o patrimônio público ou privado.

**11.1.28.** Designar preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, no local de prestação dos serviços, e instruí-lo quanto à necessidade de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, conforme art. 118 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**11.1.29.** Providenciar, às suas expensas, o transporte, destinação e descarte dos resíduos, detritos e entulhos resultantes da prestação de serviço, observando a legislação ambiental pertinente.

**11.1.30.** Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do Serviço Público e de terceiros eventualmente prejudicados.

**11.1.30.1.** Caso a Contratada necessite substituir qualquer responsável técnico, deverá apresentar proposta de substituição de profissional para aprovação da Contratante, que será feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresentar. Concomitantemente, deverá ser apresentada proposta para aprovação de novo profissional, que deverá ter experiência equivalente ou superior, devidamente comprovada pelo seu acervo técnico.

**11.1.31.** Manter Livro Diário de Registro de Obra, apto a receber as anotações de ocorrências relativas à obra, as reivindicações da fiscalização e as soluções encontradas para os questionamentos feitos pelo representante do Contratante. O referido Livro deverá ser confeccionados em três vias de igual teor, onde duas vias deverão ser entregues ao fim de cada etapa conforme

cronograma;

**11.1.32.** Empregar boa técnica e prestar serviços de primeira qualidade para execução da obra, conforme especificados no memorial descritivo;

**11.1.33.** Responsabilizar-se objetivamente pela solidez e segurança do trabalho realizado pelo prazo de 05 anos, conforme determina o artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

**11.1.34.** Conforme determina o Sistema Geo Obras do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE, será necessária a apresentação de, no mínimo, 3 (três) fotos da execução da obra, juntamente à medição do mesmo período, bem como deverá fornecer todo e qualquer documento adicional necessário para alimentação do Sistema;

**11.1.35.** Os serviços poderão ser executados fora do horário de expediente e em finais de semana, para garantir o prazo de entrega dos mesmos, sem qualquer tipo de ônus para o Município de Chapada dos Guimarães – MT.

**11.1.36.** Apresentar a Contratante, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato;

**11.1.37.** A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

**11.1.38.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

**11.1.39.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990);

**11.1.39.1.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos;

**11.1.40.** Comunicar à Administração, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**



**12.1.** O acompanhamento e a fiscalização do serviço, objeto deste instrumento contratual, serão exercidos por um representante do Contratante, designado Fiscal do Contrato.

**12.2.** A fiscalização será exercida no interesse do Contratante e não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por conduta omissiva ou comissiva de seus agentes, nem implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

**12.3.** Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso;

**12.3.1.** Observar o fiel adimplemento das disposições contratuais.

**12.3.2.** Ordenar a suspensão da execução dos serviços contratados se estiver em desacordo com o pactuado, sem prejuízo das penalidades a que a Contratada está sujeita, garantido o contraditório.

**12.4.** A Contratada deverá manter os seguintes procedimentos, necessários ao desempenho da fiscalização:

**12.4.1.** O livro Diário de Obra deverá ser numerado e estar à disposição no local da obra, sendo que, a sua manutenção, aquisição e guarda é de inteira responsabilidade da Contratada, a qual deverá entregar periodicamente, cópia devida ao Fiscal do Contratante, responsável pela Fiscalização, ou a terceiros contratados pela Administração para esse fim.

**12.4.2.** As observações, dúvidas e questionamentos técnicos que porventura surgirem sobre a realização dos trabalhos da Contratada, deverão ser anotados e assinados pela Fiscalização no Diário de Obra, e, aquela se obriga a dar ciência dessas anotações no próprio Livro, através de assinatura de seu engenheiro responsável técnico.

**12.4.3.** Além das anotações obrigatórias sobre serviços em andamento, a Contratada deverá recorrer ao Diário de Obra sempre que surgirem imprevistos decorrentes de acidentes ou condições especiais. Neste caso também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no livro, como formalização de concordância com o assunto relatado.

**12.4.4.** Serão obrigatoriamente registrados no Diário de Obra:

**12.4.4.1.** Pela Contratada:

- a). Condições meteorológicas prejudiciais ao andamento do trabalho;
- b). Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;
- c). As consultas à fiscalização;
- d). As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma;
- e). Acidentes ocorridos no trabalho;



- f). Respostas às interpelações da Fiscalização;
- g). A eventual escassez de material que resulte em dificuldades para execução da obra ou serviço;
- h). Outros fatos que a juízo da Contratada, deverão ser objeto de registro.

**12.4.4.2. Pela Fiscalização:**

- a). Juízo formado sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- b). Solução às consultas lançadas ou formuladas pela Contratada no "Diário de Obra";
- c). Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos e do desempenho da empreiteira a sua Equipe;
- d). Determinação de providências para o cumprimento dos projetos, especificações e segurança das obras;
- e). Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DA OBRA**

**13.1.** Os trabalhos executados serão recebidos pela Contratante em conformidade com as disposições constantes da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**13.2.** O prazo de recebimento provisório será de até **15 (quinze) dias** a partir do recebimento da comunicação escrita da Contratada.

**13.3.** O prazo de observação para verificação da adequação do objeto aos termos contratuais será de **15 (quinze) dias**, contados a partir da data do Recebimento Provisório.

**13.4.** O prazo de recebimento definitivo será de até **30 (trinta) dias** após o decurso do prazo de observação.

**13.5. Critério e prazo para recebimento provisório:**

**13.5.1.** Quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Provisório pela fiscalização do contrato, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a última medição, o termo deverá ser assinado por comissão ou servidor designado pela autoridade competente.

**13.6. Critério e prazo para recebimento definitivo:**

**13.6.1.** Em até 90 (noventa) dias corridos da emissão do Termo de Recebimento Provisório, verificado o atendimento às exigências contratuais, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo por

comissão ou servidor designado pela autoridade competente.

**13.6.2.** O termo de recebimento do objeto contratado não transfere a responsabilidade técnica e nem isenta os autores responsáveis técnicos pelos projetos, memoriais, planilhas e demais elementos que compõem o objeto desta contratação da obrigação pelas revisões decorrentes de interferências de concessionárias de serviços públicos, falhas, omissões e problemas de compatibilidade verificados durante a execução da obra. O licitante vencedor, então contratado, é o responsável técnico pelos projetos e demais elementos contratados e responde totalmente pelos prejuízos causados por falhas ou omissões nos projetos e demais elementos ou pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.

**13.7.** O objeto será recebido parcialmente pelo contratante quando descumprida condição de execução que possibilite o aproveitamento do objeto para os objetivos da contratação, aplicando-se a sanção cabível pelo descumprimento contratual.

**13.8.** Caso o recebimento provisório ou o recebimento definitivo não ocorra no prazo estabelecido, o objeto será considerado tacitamente recebido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

**14.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, quais sejam:

**14.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato, mediante atrasos no cronograma.

**14.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**14.1.3.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**14.1.4.** Dar causa à inexecução total do contrato.

**14.1.5.** Deixar de entregar a documentação exigida pelo certame durante a fase de execução do contrato.

**14.1.6.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

**14.1.7.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**14.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo de julgamento da licitação ou durante a execução do contrato.

**14.1.9.** Fraudar o processo de concorrência eletrônica ou praticar ato

fraudulento na execução do contrato.

**14.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances).

**14.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**14.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2.** O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**14.2.1.** Advertência, pela falta do subitem 14.1.1 ou outros descumprimentos menos graves que não afetem a execução e o cronograma físico-financeiro da obra, e, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**14.2.2.** Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso (subitem 14.1.3) no cronograma da obra, comprovando que as causas de atraso são de responsabilidade da empresa Contratada, multa está limitada ao atraso de no máximo 30 (trinta) dias;

**14.2.3.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a ser aplicada após a decisão fundamentada, referente às infrações previstas no subitem 14.1.2 e do subitem 14.1.4.

**14.2.4.** Multa de 15% (quinze por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

**14.2.5.** Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município de Chapada dos Guimarães – MT, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 14.1.2 a 14.1.7, quando não se justificara imposição de penalidade mais grave;

**14.2.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 14.1.8 a 14.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

**14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**14.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.



**14.3.2.** As peculiaridades do caso concreto.

**14.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**14.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**14.3.5.** Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**14.5.** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**14.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**14.7.** Se, durante o processo administrativo para apuração e aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo específico para apuração de Responsabilidade.

**14.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**15.1.** São motivos para a rescisão do presente contrato, no que couber, os enumerados nos Art. 155 e 137 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**15.2.** No caso de rescisão deste contrato, será obedecido ao que estabelecem os Art. 155 e 137 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**15.3.** A contratante, reconhece neste ato todos os direitos previstos em caso de rescisão administrativa conforme a Lei Federal nº. 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PRERROGATIVAS E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**16.1.** CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e à rescisão administrativa de que trata o art. 104 da Lei Federal nº. 14.133/2021, bem como as prerrogativas abaixo elencados:

**16.1.1.** Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

**16.1.2.** Extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

**16.1.3.** Fiscalizar sua execução;

**16.1.4.** Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

**16.1.5.** Ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

**16.1.5.1.** Risco à prestação de serviços essenciais;

**16.1.5.2.** Necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

**16.2.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

**16.2.1.** O presente contrato poderá ser alterado pelo contratante para acrescer, suprimir

o quantitativo contratado ou modificar as especificações técnicas do objeto, respeitado

o limite legal, mantendo inalteradas as demais condições contratuais.

**16.3.** Em caso de acréscimo de quantitativo, poderá ser realizado o ajuste no prazo de vigência e no cronograma.

**16.4.** Em caso de supressão de quantitativo que ultrapasse o percentual de aceitação obrigatória, se o contratado já houver adquirido os materiais no momento em que for formalmente notificado da supressão, no caso de revenda ou de insumos necessários à execução do serviço, estes valores deverão ser indenizados pelo contratante, em conformidade com o processo administrativo para apuração do valor devido.

**16.5. Condições para aditivos contratuais:**

**16.5.1.** Conforme art. 133 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

**16.5.1.1.** Para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

**16.5.1.2.** Por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da referida Lei;

**16.5.1.3.** Por necessidade de alteração do projeto nas contratações integradas, nos termos do § 5º do art. 46 da referida Lei;

**16.5.1.4.** Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de

riscos como de responsabilidade da Administração.

**16.5.2.** O contrato poderá ser alterado pelo contratante para acrescentar, suprimir o quantitativo contratado ou modificar as especificações técnicas do objeto, respeitado o limite legal, mantendo inalteradas as demais condições contratuais.

**16.5.2.1.** Em caso de acréscimo de quantitativo, poderá ser realizado o ajuste no prazo de vigência, devendo ser realizada alteração no prazo de execução e no cronograma.

**16.5.2.2.** Em caso de supressão de quantitativo que ultrapasse o percentual de aceitação obrigatória, se o contratado já houver adquirido os materiais no momento em que for formalmente notificado da supressão, no caso de revenda ou de insumos necessários à execução do serviço, estes valores deverão ser indenizados pelo contratante, em conformidade com o processo administrativo para apuração do valor devido.

**16.5.2.3.** A adequação do projeto que integra o edital de licitação e as alterações contratuais, sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto, não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES**

**17.1.** É vedado à Contratada:

**17.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**17.1.2.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**17.1.3.** Realizar execução de serviços e medições fora do cronograma físico-financeiro;

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

**18.1.** Incumbirá a CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº. 14.133, de



2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**19.1.** Será admitida a subcontratação.

**19.2.** Condições para a subcontratação:

**19.2.1.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**19.2.2.** Será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem a parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratado, com características semelhantes.

**19.2.3.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, como quanto à qualidade técnica da obra e do serviço prestado.

**19.2.4.** Quando da subcontratação, o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidos na licitação.

**19.2.5.** A alteração da subcontratação habilitada durante a execução do contrato depende de autorização prévia por parte do contratante, assim, o contratado originário deve submeter à apreciação do contratante o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do pretendente subcontratado e da respectiva documentação, que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço

subcontratado. Caberá a fiscalização avaliar por meio de parecer técnico se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**20.1.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**20.2.** Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**20.2.1.** O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a contratante e a contratada, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

**20.3.** Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o contratante, para a execução do objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº. 13.709/2018.

**20.4.** A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

**20.5.** A contratada fica obrigada a comunicar ao contratante em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**20.5.1.** A comunicação não exime a contratada das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras



acima indicadas.

**20.6.** O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento e considerar-se-ão dias consecutivos, exceto os prazos recursais, observando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães - MT.

**21.2.** Deu origem a este contrato, a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026**, a qual as partes deste contrato declaram-se vinculadas ao seu edital e demais

documentos pertinentes, que poderão ser utilizados para sanar eventuais dúvidas quando às obrigações assumidas por cada uma com base neste Contrato.

**21.3.** As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente Contrato, serão feitas sempre de forma expressa e por escrito, preferencialmente por e-mail oficial indicado na qualificação da Contratante e/ou representante legal da mesma e Contratada ou por seu preposto/representante a ser indicado de forma expressa por escrito.

**21.4.** Nos casos omissos e não podendo ser por e-mail e/ou pelo aplicativo whatsapp, será por outro meio legal permitido, podendo ser por A.R (aviso de recebimento) por correio, telegrama, Notificação Extrajudicial feita pelo Registro de Título e Documentos da sede da Contratante ou Contratada, e/ou edital que dê publicidade, ou outro meio legal que certifique a ciência.

**21.5.** Caso haja alterações nos meios de comunicação oficiais inicialmente informados pela Contratante e pela Contratada, deverão ser imediatamente comunicadas, indicando de forma expressa, com recebido (aceite) da outra parte, o endereço, e-mail e/ou telefone (WhatsApp) atualizados, sob pena de serem considerados citados/intimados dos atos de comunicação/notificação/citação, contagem de prazos, eventuais advertências e/ou outras sanções, nos meios de comunicação anteriormente informados.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

**22.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães – MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato, com renúncia



de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

**22.2.** E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato que, lido e achado conforme, é assinado, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

**Chapada dos Guimarães/MT, xx de xxx de 2026.**

**CONTRATANTE:**

**MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**  
**OSMAR FRONER DE MELLO**  
*Prefeito Municipal*

**AISLAN SEBASTIAO CUNHA GALVÃO**  
*Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento*  
*Contratante*

**ROSANE COSTA ITACARAMBY**  
*Procuradora Geral do Município*  
*OAB/MT n° 8755*

**CONTRATADA:**

**EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CNPJ/MF sob o n° XXXXXXXXXXXXXXXX**  
(Representante Legal)  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
CPF n.º XXXXXXXXXXXXXXXX

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E  
EMPRESAS  
DE PEQUENO PORTE**

(Papel timbrado da empresa)

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE  
CONTRATAÇÃO E DEMAIS MEMBROS DA  
COMISSÃO DE APOIO PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº       /2026.**

**DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa) ....., CNPJ Nº. ...., sediada na Rua ....., nº. ...., bairro, ....., CEP ....., Município ....., Estado ..... , por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade nº. .... e do CPF nº. .... e de seu **contador** Sr. (a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade nº. .... e CPF nº. ....

Declara em cumprimento ao solicitado no Edital de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº       /2026**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da Lei, que esta empresa, na presente data é considerada:

(    ) Empresa de Pequeno Porte, conforme inciso II, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de Dezembro de 2006.

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitada.

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do representante legal sob carimbo.

RG:  
CPF  
:  
CNPJ da empresa

---

Assinatura do Contador da empresa com n°. do CRC)



## **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

(Papel timbrado da empresa)

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE  
CONTRATAÇÃO E DEMAIS MEMBROS DA  
COMISSÃO DE APOIO PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº       /2026.**

Declaro para fins de direito e em atendimento ao art. 63, §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que a empresa ....., CNPJ Nº .....,

sediada

na Rua ....., nº. ...., bairro, ....., CEP ....., Município

....., Estado ....., através de seu representante técnico o **Engenheiro**

....., **CREA/(UF) nº .....**, esteve nos locais onde deverão ser elaborados **executados os serviços oriundos da “CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS NO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, VINCULADA AO PROGRAMA FNHIS SUB 50, DO MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SOB O TERMO DE COMPROMISSO Nº 987203/2025/MCIDADES/CAIXA,** , conforme previsto no edital e seus anexos, visitando e tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações do objeto do referido certame.

A visita realizada e os elementos necessários à elaboração da proposta, bem como, o desenvolvimento dos serviços a serem realizados, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas pela empresa em favor de eventuais pretensões de acréscimos de serviços, não sendo aceitas reclamações posteriores sob alegação de aumento de serviços ou materiais não relacionados no projeto básico.

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal sob carimbo.

RG:

CPF  
:  
CNPJ da empresa



## **MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA**

(Papel timbrado da empresa)

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE  
CONTRATAÇÃO E DEMAIS MEMBROS DA  
COMISSÃO DE APOIO PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº       /2026.**

Declaramos que, por intermédio do(a) Sr(a) ....., portador(a)  
da

CPF(MF) nº. ...., responsável técnico CREA Nº. ....,  
da empresa

....., CNPJ Nº. ...., sediada na Rua .....,  
nº. ...., bairro,

....., CEP ....., Município ....., Estado , sob  
as

penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e  
peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total  
responsabilidade por esse fato e informando que não utilizará para quaisquer  
questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a  
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães - MT, caso a nossa empresa  
seja a vencedora.

Por ser verdade assino o

presente, Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal sob carimbo.

RG:

CPF

:

CNPJ da empresa



## MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA DE HABILITAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

**AO**  
**ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE**  
**CONTRATAÇÃO E DEMAIS MEMBROS DA**  
**EQUIPE DE APOIO PREFEITURA MUNICIPAL**  
**DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº       /2026**

(Nome da Empresa) ....., devidamente inscrita no CNPJ  
sob o nº.

....., com sede à Rua/Av. ...., nº. ...., CEP ....., Cidade  
.....,  
Estado

....., por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao  
solicitado no Edital **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº       /2026**, declara,  
sob as penas da lei que:

- Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão;
- Não possui em seu quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal
- Recebeu todos os documentos, e que tenho conhecimento de todas as informações e das condições estabelecidas no presente edital, e que está apta a executar o objeto da presente licitação, bem como concordo com todos os itens nele estabelecidos.
- Está apta a tomar parte do processo licitatório, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão de

Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e não está impedida de transacionar com administração pública municipal ou qualquer de suas entidades direta.

– Sob as penas do Art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha vencer o certame, de entregar os produtos nos prazos e/ou condições previstas no edital e Projeto Básico.

– Que concorda plenamente com todas as cláusulas e condições do presente Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

– Declara que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação acima citada, na forma da Lei, que não foi declarada suspensa nem inidônea para contratar com o Poder Público de qualquer esfera e, que se compromete a comunicar a ocorrência de qualquer fato que venha a alterar essa situação, que venha a ser conhecido após o encerramento da licitação.

– Declara expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital da Concorrência Eletrônica, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como: (EPP), estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Art. 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123/2006.

O que declaramos acima é verdade e por isso

damos fé. Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal sob carimbo.

RG:

CPF

:

CNPJ da empresa

## **MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS**

(Papel timbrado da empresa)

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE  
CONTRATAÇÃO E DEMAIS MEMBROS DA  
COMISSÃO DE APOIO PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CHAPADA DOS GUIMARAES - MT  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº       /2026.**

(Nome da Empresa) ....., devidamente inscrita no CNPJ  
sob o nº.

....., com sede à Rua/Av. ...., nº. ...., CEP ....., Cidade  
.....,  
Estado

....., por intermédio de seu representante legal Sr. (a) .....,  
Cargo, portador da

Carteira de Identidade RG nº. .... e do CPF nº. ...., em  
cumprimento ao solicitado no edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº**  
...../2026.

DECLARA, sob as penas da lei, que:

**a).** Que temos a posse ou compromisso de locação ou cessão dos  
equipamentos necessários para execução da Obra/Serviço de que trata o  
objeto desta licitação, e estes estarão disponíveis e em perfeitas condições de  
uso por ocasião de sua utilização.

**b).** Que temos ciência que esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “in  
loco” pela equipe do Município por ocasião de sua utilização e sempre que  
necessário.

**c).** Relacionamos abaixo os Equipamentos mínimos:

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal sob carimbo.

RG:

CPF



:  
CNPJ da empresa

## **MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

(Papel timbrado da empresa)

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE  
CONTRATAÇÃO E DEMAIS MEMBROS DA  
COMISSÃO DE APOIO PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº       /2026.**

Empresa ....., devidamente inscrita no CNPJ sob o nº  
....., com  
sede à Rua/Av. ...., nº. ...., CEP ....., Cidade ....., Estado  
....., por  
intermédio de seu representante legal, Sr.(a) ....., portador(a) do CPF:  
.....

- a). Declara, para efeitos legais, que tem conhecimento de todas as condições para prestação do serviço objeto deste Edital, e que faz a opção de se abster da vistoria, não cabendo posteriormente nenhum questionamento contra a contratante em razão disto, e tampouco eximir-se de qualquer obrigação assumida ou revisão dos termos do contrato que vier a firmar.
- b). Declara que executará os serviços e disponibilizará pessoal necessário e equipamentos necessários ao bom andamento dos serviços de acordo com os prazos estabelecidos no Edital.
- c). Declara que se submete à fiscalização e ao controle técnico da Prefeitura ou a quem esta expressamente indicar.
- d). Declara expressamente que aceita a descontar as multas eventualmente aplicadas pela Prefeitura dos créditos a receber decorrente das obrigações contratuais, caso for vencedora da presente licitação, além de outras penalidades previstas em lei.
- e). Declara que recebeu os documentos relativos a obra, e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- f). Declaram, o Representante Legal e o(s) Responsável(eis) Técnico(s) que são responsáveis pela planilha de composição de preços unitários apresentada a qual integra a proposta de preços, conforme previsto no Edital.

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



<hr/> <b>RAZÃO SOCIAL – CNPJ:</b> Nome Completo do Representante Legal Cargo na empresa	<hr/> <b>NOME RESPONSÁVEL TÉCNICO</b> Nº Registro CREA/CAU CPF:
---	---